

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



Relatório de Gestão

2008





Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Meio Ambiente

Carlos Minc

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação
da Biodiversidade - ICMBio

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Diretora de Planejamento, Administração e Logística

Silvana Canuto Medeiros

Diretor de Unidades Conservação de Proteção Integral

Ricardo José Soavinski

Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Paulo Fernando Maier Souza

Diretor de Conservação da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira



Siglas

APA - Área de Proteção Ambiental
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
CNPCT - Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
EE - Estação Ecológica
Flona - Floresta Nacional
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IUCN - International Union for Conservation of Nature
JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério de Desenvolvimneto Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MN - Monumento Natural
OCCA - Organização de Cidadania, Cultura e Ambiente
PN - Parque Nacional
PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
RB - Reserva Biológica
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex - Reserva Extrativista
RF - Reserva de Fauna
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS - Refúgio de Vida Silvestre
SEDR - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SINEA - Sistema para Categorização do Estado de Conservação das Espécies
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISTAXON - Sistema de Informações Taxonômicas
SRH/MP - Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento
UAAF - Unidade Avançada de Administração e Finanças



Sumário

Apresentação	7
Macroprocessos	9
1. Gestão Socioambiental	10
2. Populações Tradicionais	14
3. Uso Público & Negócios	17
4. Consolidação Territorial	20
5. Criação, Planejamento e Avaliação de UC	21
6. Proteção	25
7. Manejo para Conservação	28
8. Pesquisa e Monitoramento	33
9. Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais	39
10. Desenvolvimento Institucional	42
11. Gestão de Pessoas	43
12. Administração e Tecnologia da Informação	45
13. Finanças	48
14. Planejamento Operacional e Orçamento	50
15. Suporte Corporativo	53
16. Controle Interno	56
17. Procuradoria	57

Apresentação



O ICMBio, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criada pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de:

I – Executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela União;

III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas.

Para responder pelos muitos e complexos desafios de suas atribuições, a Autarquia conta atualmente com 1827 servidores, distribuídos em todo o território nacional. Estão sob a responsabilidade do Instituto 300 unidades de conservação federais, que representam aproximadamente 77 milhões de hectares, o equivalente a cerca de 8,2% do território nacional, bem como 11 Centros Nacionais de Pesquisa para a Conservação: CMA – Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos; o CPB – Centro de Proteção de Primatas Brasileiros; o Cemave – Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres; o Cepam – Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia; o RAN – Centro de Pesquisa de Répteis e Anfíbios; o Cenap – Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação dos Predadores Naturais; o Cepta – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação



de Peixes Continentais; o Tamar – Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas; o CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais, o Cecav – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas; e o Copom – Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas.

O presente Relatório reflete a transparência na gestão das ações executadas pelo ICMBio, ao longo de seu primeiro ano com dotação orçamentária própria.

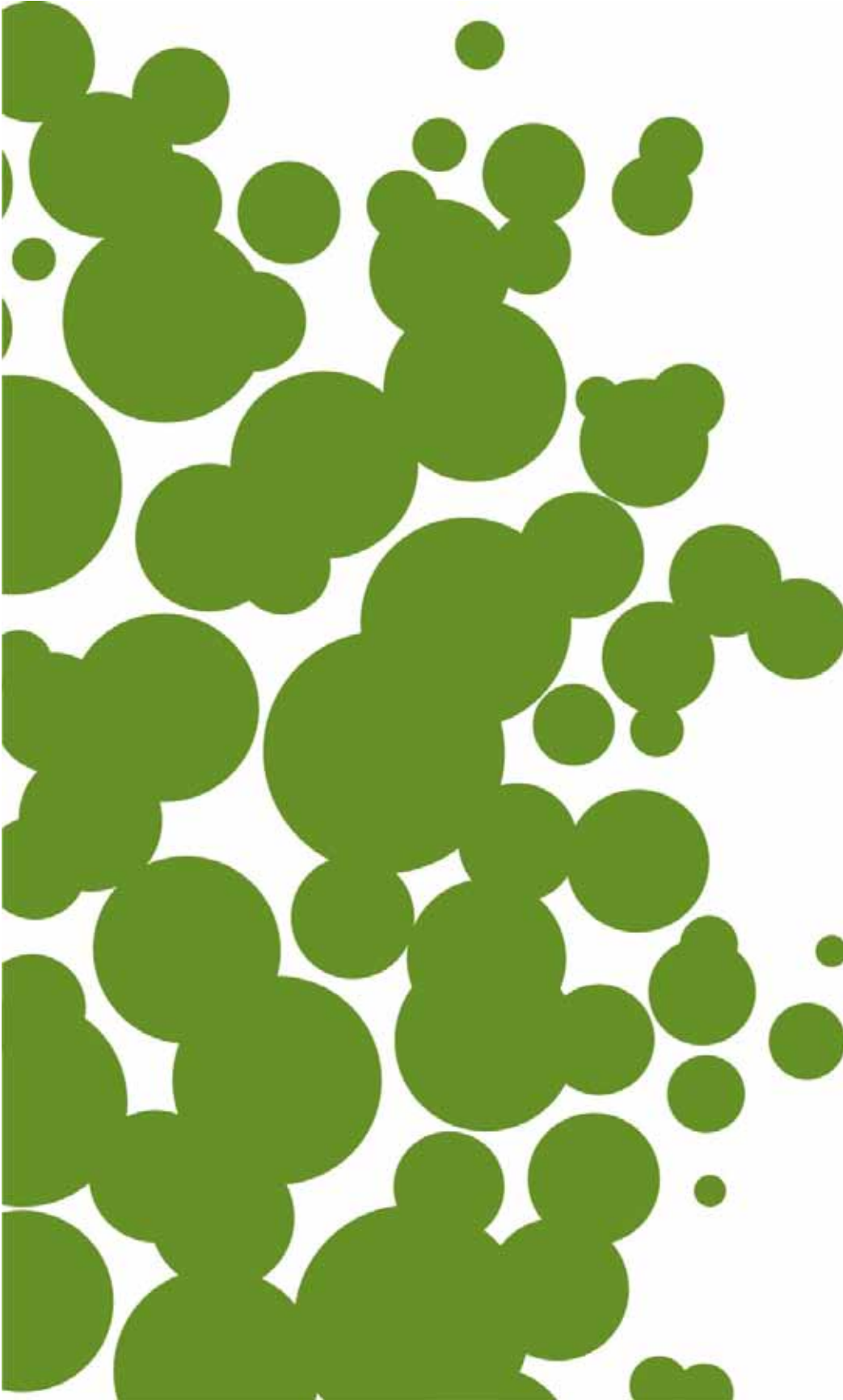
Esclarecemos que este é o primeiro Relatório do Instituto, apresentado à sociedade, sobre os investimentos promovidos para a consolidação das unidades de conservação federais e a conservação da biodiversidade.

Ressaltamos que os resultados apresentados no atual Relatório refletem os trabalhos iniciados em gestões de presidentes anteriores. Nos períodos de janeiro a maio e de maio a julho de 2008, o Instituto contou com as presenças atuantes do Senhor João Paulo Ribeiro Capobianco e da Senhora Silvana Canuto Medeiros respectivamente. A partir de julho do mesmo ano, assumiu a presidência, o Senhor Rômulo José Fernandes Barreto Mello.

Todos, em seus períodos à frente da direção deste órgão, contribuíram para o alcance dos inúmeros resultados da Instituição.



Macroprocessos



1. Gestão Socioambiental



O macroprocesso de gestão socioambiental inclui as atividades do ICMBio relacionadas com gestão participativa das Unidades de Conservação, Educação Ambiental, gestão de conflitos e capacitação para públicos externos à instituição.

1.1 Gestão de conflitos

A Constituição Federal prevê, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentou esse artigo da Constituição e delegou competência ao INCRA para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O INCRA, por sua vez, publicou a Instrução Normativa que estabelece os procedimentos de processo administrativo para este fim, dentre eles a elaboração de relatório técnico com laudo antropológico da comunidade.

Por outro lado, a legislação de unidades de conservação é bastante rigorosa quanto à presença de pessoas em unidades de proteção integral. A Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei nº 9.985/2000, prevê que as terras inseridas nessas unidades de conservação têm que ser públicas e as populações tradicionais deverão ser reassentadas.

Deste modo, uma vez reconhecidas as áreas de remanescentes de quilombo inseridas em unidades de conservação, instaura-se o conflito de políticas públicas.

Atualmente existem identificados os seguintes conflitos:

- Parque Nacional do Cabo Orange – Comunidade Cunani;
- Reserva Biológica do Guaporé – Comunidade Santo Antônio;
- Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá Taquera – Comunidades do Alto Rio Trombetas;
- Parque Nacional do Jaú – Comunidade do Tambor;



- Reserva Biológica da Mata Escura – Comunidade Mumbuca;
- Parque Nacional Aparados da Serra e Parque Nacional Serra Geral – Comunidade São Roque.

Para solucionar os conflitos, foram criadas no âmbito da Advocacia Geral da União, a partir da proposição do ICMBio, Câmaras de Conciliação com a participação dos procuradores dos órgãos envolvidos, com o respectivo apoio das equipes técnicas. Os processos de conciliação foram iniciados no segundo semestre de 2008 e deverão ter a sua continuação no exercício de 2009.

A Coordenação Geral de Regularização Fundiária elaborou um Diagnóstico das Unidades de Conservação Federais sobrepostas com Terras Indígenas, identificando as áreas sobrepostas, as populações envolvidas e as formas de gestão do conflito em cada unidade. Em abril de 2008, foi realizada uma oficina de trabalho com o tema Sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, onde participaram os gestores das Unidades identificadas no diagnóstico supracitado, com o objetivo de propor uma diretriz institucional sobre a questão.

1.2 Capacitação externa

As atividades relacionadas com capacitação externa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade envolveram principalmente processos de capacitação de conselheiros no âmbito dos conselhos consultivos e deliberativos das Unidades de Conservação federais e de organizações das populações tradicionais relacionadas com unidades de uso sustentável – Resex, RDS, Flona e APA.

Para as Resex e RDS foi implementado no ano de 2008 o projeto “OCCA”, com apoio de um fundo da Embaixada Inglesa, que teve por objetivo “fortalecer os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas e Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia para habilitar essas Unidades a funcionar como áreas onde a proteção dos recursos naturais está em equilíbrio com o desenvolvimento econômico e social das comunidades”. No desenvolvimento do projeto foi elaborada uma metodologia de capacitação de Conselheiros adaptada ao contexto das Resex e RDS selecionadas pelo Projeto e iniciada a implementação em 10 UC - Resex Rio Ouro Preto/RO; Resex Lago do Cuniã/RO; Resex Rio Cajari/AP; Resex Médio Juruá/AM; Resex Capanã Grande/AM; Resex Mapuá/PA; Resex Tapajós-Arapiuns/PA; Resex Arióca-Pruanã/PA; Resex Gurupá-Melgaço/PA e RDS Itatupã-Baquiá/PA.

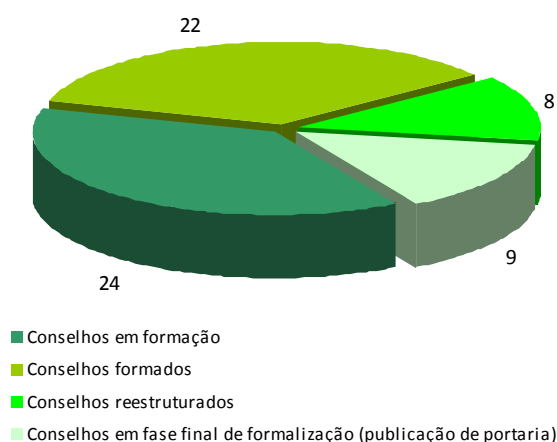
Nas Unidades de Proteção Integral foram realizadas capacitações de conselheiros dos Conselhos Consultivos do Parque Nacional do Descobrimento e da Reserva Biológica Guaribas.

Foram realizadas também capacitações no âmbito da implementação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e do Plano Nacional de Apoio às Cadeias Produtivas dos Produtos da Sociobiodiversidade, em uma ação inédita de articulação na esfera federal voltada a ampliar o acesso dos grupos extrativistas ao Programa de Aquisição de Alimentos. O ICMBio juntamente com os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizaram 7 oficinas de orientação às comunidades extrativistas de 56 Reservas Extrativistas, 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, 5 Florestas Nacionais e 2 Áreas de Proteção Ambiental.

1.3 Controle social local/gestão participativa

A gestão participativa está relacionada principalmente com os processos de formação e funcionamento de conselhos consultivos e deliberativos de Unidades de Conservação, mas também envolve atividades que perpassam os processos de criação - especialmente no âmbito das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável - de elaboração e de implementação de Planos de Manejo.

Com relação aos Conselhos, no ano de 2008 foram instituídos um total de 22 Conselhos, sendo 13 Consultivos - de Florestas Nacionais (4 UC), de Parques Nacionais (3 UC), de Reservas Biológicas (5 UC) e de Áreas de Proteção Ambiental (1 UC) – e 9 Deliberativos – de Reservas Extrativistas.



Somam-se a estes oito Conselhos que foram re-estruturados sendo: 6 de Florestas Nacionais, 1 de Estação Ecológica e 1 de Reserva Biológica.

Além destes, para nove unidades, o processo de formação do Conselho já foi concluído, aguardando publicação da portaria instituinte – sendo três Flona, duas APA e 4 Resex.

Outras 24 unidades estão com o processo de formação do conselho em andamento, com previsão de conclusão no ano de 2009.

1.4 Educação Ambiental

A educação ambiental no ICMBio esteve presente num conjunto de instâncias de formulação e apoio à tomada de decisão pela Direção do Instituto, como comitês, grupos de trabalho e comissões, visando garantir a contribuição transversal dessa área no âmbito dos macroprocessos. Dentre essas instâncias destacaram-se:

- Comitê de Capacitação, instituído pela Portaria ICMBio nº 105, de 16 de maio de 2008 - participação como setor convidado na composição desse Comitê;
- Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, instituído pela Portaria ICMBio nº 029, de 14 de fevereiro de 2008 – coordenação dessa Comissão;
- Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, instituído pela Portaria ICMBio nº 116, de 02 de junho de 2008;



- Grupo de Trabalho de elaboração da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Portaria MMA nº 289, de 03 de outubro de 2006 e alterada pela Portaria MMA nº 88, de 20 de março de 2008 – participação como integrante do GT;
- Grupo de Trabalho de Agroecologia, instituído pela Portaria MMA nº 497, de 21 de setembro de 2007 – participação como integrante do GT;
- Grupo de Trabalho Conjunto para revisão do Programa de Agente Ambiental Voluntário, criado pela Portaria Conjunta IBAMA / ICMBio nº 13, de 04 de julho de 2008;
- Articulação para a elaboração e implementação de um programa de inclusão digital do ICMBio para as comunidades tradicionais afetadas às unidades de conservação, convergindo comunicação, educação e cidadania ambiental, promoção cultural e vigilância territorial, como parte do processo de implementação do Acordo de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Comunicações e a Rede Povos da Floresta.
- Atuação na Plenária Nacional da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, como integrantes pelo ICMBio da Equipe Técnica do Ministério do Meio Ambiente, com função de auxiliar tecnicamente os delegados do MMA e dos órgãos vinculados e a equipe de coordenação da Conferência; e como integrantes da equipe de relatoria dos grupos temáticos de educação ambiental.
- Articulação com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental na elaboração de programas de educação ambiental, a serem veiculados em rede pública e privada de televisão, incorporando o fomento e a veiculação de produções locais.

Em Dezembro de 2008 foi realizado um Encontro de Educadores Ambientais conjunto entre a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), o ICMBio e o IBAMA, com o propósito de articular as ações de educação ambiental executadas no âmbito federal e a formulação nacional protagonizada pelo Ministério do Meio Ambiente. No âmbito do ICMBio, foram também delineadas estratégias para a implementação da Educação Ambiental no Instituto, com a construção de um Plano de Ação 2009/2010 e levantadas e sistematizadas as ações educativas realizadas no ano de 2008 e que estão em curso nas Unidades de Conservação Federais e Centros Especializados.



2. Populações Tradicionais



O macroprocesso tem como objetivo executar e desenvolver políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis junto às comunidades extrativistas e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União, desdobrando-se em dois processos principais, o Fortalecimento das Comunidades e a Produção e Uso Sustentável.

2.1 Fortalecimento das comunidades

Nesse processo busca-se assegurar as articulações intra e entre instituições nos diversos níveis de governo a fim de desenvolver e facilitar o acesso a políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais.

Atendendo proposição das comunidades tradicionais, o ICMBio estabeleceu a articulação necessária para publicação da Portaria interministerial MMA/MDA n. 03, de 03/10/2008, que assegura e estende o acesso ao Programa Nacional da Reforma Agrária para o conjunto das populações tradicionais habitantes das Resex, RDS e Flonas, até então restrito às Resex da Amazônia. Até 2007, cerca de 15 mil famílias foram beneficiadas com o crédito de instalação e habitação superando a casa dos R\$ 100 milhões. Com a nova portaria o crédito poderá vir a beneficiar outras 50 mil famílias.





Com a finalidade de fortalecer as comunidades extrativistas, foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica, Termos de Cooperação e Convênios com instituições como Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, IBAMA, IPHAN, EMBRAPA, SEMA-AM, Museu Emílio Goeldi e Mineração Rio do Norte com objetos específicos, tais como:

- Construção participativa de instrumentos de gestão das Reservas Extrativistas – Plano de Manejo, Conselho Deliberativo, arranjos produtivos, ecoturismo de base comunitária, com repasse de recursos da Agenda Social MMA/2008 para povos e comunidades tradicionais a serem executados via PNUD.
- Promoção do desenvolvimento social por meio de ações e projetos socioambientais, especialmente no que tange a auto-suficiência e a geração de trabalho e renda para as populações tradicionais habitantes das unidades de conservação, enquadráveis no Decreto 6040/2007, com doação de bens apreendidos ao Programa Fome Zero e conversão de recursos ao fundo destinado ao cumprimento do objeto.
- Desenvolvimento de ações integradas para a operacionalização do “Projeto Barcos do Brasil” e para a preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental.
- Apoio à conservação da biodiversidade a partir de projetos desenvolvidos nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno, que tenham como eixos a pesquisa para a geração de parâmetros técnicos para a conservação e a utilização sustentável de espécies nativas, o incentivo às cadeias produtivas sustentáveis e a contribuição para a geração de políticas públicas de conservação, construídas a partir de processos de articulação social e institucional.
- Execução do Projeto “Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia – AquaBio”
- Intercâmbio técnico, didático, cultural e administrativo com a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, cultural, extensão e educação ambiental na Floresta Nacional de Caxiuanã.
- Manejo dos recursos naturais renováveis da Floresta Nacional de Saracá-Taquera e a conservação da Reserva Biológica do Rio Trombetas.
- Estudos e análises técnicas para a criação e implantação de unidades de conservação.

2.2 Produção e uso sustentável

Conhecer as cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade e organizar a produção com vistas ao mercado alcançando preços justos estão entre os desafios para incrementar o uso sustentável dos recursos naturais existentes nas unidades de conservação pelas populações tradicionais.

O relativo isolamento das comunidades aumenta os custos da produção com o transporte o que, aliado a desorganização, torna os produtores reféns de intermediários que impõem preços na compra, além do público consumidor estar distante e nem sempre conhecido.

Buscando melhorar a organização local, facilitar o acesso a políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, realizou-se um conjunto de oficinas para divulgar e capacitar lideranças comunitárias, organizações não governamentais e governamentais com vistas a apoiar os produtores tradicionais. O objetivo é oferecer uma alternativa para a venda dos produtos extrativistas, principalmente por meio da compra direta e compra direta com



doação simultânea, uma vez que são modalidades do programa que buscam mudar o cenário de emergência alimentar.

A mobilização e organização das oficinas foi resultado da parceria entre o ICMBio, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Conab/MAPA), que assumiram compromissos para a continuidade dos trabalhos em 2009, no âmbito das articulações da Agenda Social e da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Foram realizadas 1 oficina preparatória em Brasília e 7 oficinas regionais em Rio Branco, Manaus, Brasília, Belém, Santarém, São Luís e Paulo Afonso, envolvendo gestores de 55 Reservas Extrativistas, 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, 2 Áreas de Proteção Ambiental e 5 Florestas Nacionais, totalizando 63 UCs. Neste processo foram capacitados 63 gestores, 106 extrativistas, 46 Organizações Não-governamentais (ONGs), 7 órgãos municipais e estaduais e 20 órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Além das ações vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos, foram executadas as seguintes atividades:

- Participação em 03 oficinas envolvendo lideranças de comunidades extrativistas das Resex, para diagnosticar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade (copaíba, látex e castanha) e para elaborar os planos de ação regional.
- Apoio a estruturação de casas de farinha, criação de abelhas melíponas, produção de artesanatos de látex de seringa, desenvolvimento de pesquisas com plantas inseticidas, em parceria com a Embrapa e Universidade Federal do Acre, na Resex do Cazumbá-Iracema/AC.
- Realização de 03 Oficinas Regionais, com a participação de gestores de 26 Resex, 7 Flonas e 3 APAS, com o objetivo de planejar o desenvolvimento e fortalecimento do Programa Agente Ambiental Voluntário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como estratégia de fortalecimento e emancipação das Populações Tradicionais no processo de Proteção do Uso dos recursos sustentáveis.
- Acompanhamento e assistência a projetos na Resex Rio Ouro Preto/RO, com a implantação de 10 unidades de produção de borracha do Projeto Borracha Tecbor; e da implementação de projeto de apicultura.
- Acompanhamento da implantação dos projetos Tecbor e de piscicultura na Resex Chico Mendes.
- Acompanhamento do projeto de recuperação da Unidade de Produção de Palmito de açaí e da unidade de produção e da Unidade de Produção de Castanha *Dry* na Reserva Extrativista do Rio Cajari/AP.





3. Uso Público & Negócios



O objetivo deste macroprocesso é qualificar, normatizar e estruturar as atividades de visitação, uso público e recreação nas Unidades de Conservação Federais (UCs), promovendo o reconhecimento da importância das UCs e dos serviços ambientais disponibilizados por elas à sociedade, conseqüentemente incrementando as economias locais.

Este macroprocesso visa, também, a geração de benefícios econômicos para o Sistema de Unidades de Conservação Federais, por meio da cobrança pelos serviços e atividades desenvolvidas e promovidas pelas UCs, onde se inclui o manejo florestal sustentável, por meio da concessão florestal.

3.1 Serviços ambientais

Foram desenvolvidas as bases necessárias para contratação dos estudos que objetivam a cobrança de Serviços Ambientais das águas no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica de Contagem.

3.2 Desenvolvimento de negócios

Os Estudos de Viabilidade Econômica para os processos de concessões dos Parques Nacionais Marinho de Fernando de Noronha, Serra dos Órgãos e Restinga de Jurubatiba foram contratados, bem como a Assessoria Econômica para a revisão dos contratos vigentes no Parque Nacional do Iguaçu.



3.3 Visitação

As Unidades de Conservação abertas à visitação receberam aproximadamente 3,5 milhões de visitantes.



No sentido de incrementar e qualificar as Unidades de Conservação foi elaborado, em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e Turismo, o Programa de Turismo nos Parques, lançado no mês de setembro em Petrópolis/RJ, pelo Excelentíssimo Presidente da República, e pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente, do Turismo e da Cultura, do Governador do Rio de Janeiro e de inúmeras outras autoridades.

O Programa visa à estruturação e melhoria dos serviços oferecidos aos visitantes nos Parques Nacionais: Aparados da Serra, Serra dos Órgãos, Lençóis Maranhenses, Chapada dos Veadeiros e Jaú, UCs considerados prioritários para a primeira fase do Programa.

Foram contemplados ainda neste programa os Parques Nacionais de Abrolhos, Fernando de Noronha, Tijuca e Iguaçu, com o objetivo de incrementar e aprimorar as concessões de serviços para a visitação.

Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 28,2 milhões, que permitirão alavancar junto à iniciativa privada, por meio de concessões, recursos na ordem de R\$ 100 milhões de reais.

Além das unidades contempladas na primeira fase do Programa, foram desenvolvidas atividades com a finalidade de incrementar e qualificar a visitação em várias outras unidades de conservação, inclusive em outras categorias de manejo.

Neste contexto merecem destaque as UCs: PN Fernando de Noronha, PN Lençóis Maranhenses e PN Pantanal Matogrossense que receberão investimentos na ordem de R\$ 11,4 milhões por meio de doação firmada entre o ICMBio e as Empresas OGX e MPX, do Grupo EBX.

Também o Parque Nacional Chapada dos Guimarães, por meio de acordo assinado com a Secretaria de Turismo do Governo de Mato Grosso, está desenvolvendo estudos e ações visando a implementação para a estruturação de visitação na unidade.

Importante salientar a estruturação de uma área para a coordenação do processo de visitação e negócios no âmbito do órgão gestor das UCs federais (ICMBio), definindo e padronizando normas e procedimentos para a visitação pública.

3.4 Manejo florestal sustentável

No ano de 2008 foram iniciados os trabalhos para implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, no que diz respeito a Concessão Florestal em Florestas Nacionais.



Os trabalhos realizados para viabilizar a concessão florestal na Floresta Nacional de Jamari foram desenvolvidos pela Coordenação Geral de Florestas Nacionais em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro, instância do Ministério do Meio Ambiente responsável pela aplicação da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Durante o ano de 2008 foram realizadas 3 reuniões com o Conselho Consultivo da Unidade para tratar da Concessão Florestal na Flona do Jamari, assim como as consultas públicas para o Edital de Concessão Florestal. No segundo semestre foram assinados os contratos de concessão para 3 Unidades de Manejo perfazendo um total de 96 mil hectares.

4. Consolidação Territorial



4.1 Demarcação e Sinalização territorial

- Demarcação física do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

4.2 Regularização Fundiária

Foram adquiridos aproximadamente 5 mil hectares (30 imóveis) no Parque Nacional de São Joaquim, bem como efetuado o repasse de áreas da União ao Parque Nacional da Tijuca.

Outras ações desenvolvidas na regularização fundiária:

- Formalização dos processos individuais dos proprietários rurais inseridos nos limites do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e avaliação dos imóveis de 20 propriedades rurais para posterior pagamento.
- Vistoria e avaliação de imóveis nos Parques Nacionais da Serra Geral, Aparados da Serra e São Joaquim/RS.
- Vistoria e avaliação de 15 imóveis no Parque Nacional da Serra de Itajaí/SC.
- Vistoria de 20 imóveis no Parque Nacional Grande Sertão Veredas para subsidiar perícia judicial.
- Vistoria e avaliação de 3 imóveis na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

5. Criação, Planejamento e Avaliação de UC



Tem como objetivo o desenvolvimento e implementação de ferramentas e ações voltadas à criação e gestão de unidades de conservação federais.

5.1 Criação de UC

Em 2008 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Federal foi ampliado em 5.620.651 hectares com a criação das Unidades apresentadas no quadro abaixo e com a ampliação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos:

Categoria	Nome	Área
Floresta Nacional	Iquiri	1.476.060
Parque Nacional	Nascentos do Lago Jari	812.141
	Mapinguari	1.572.422
	Serra dos Órgãos (ampliação)	24.024
Reserva Extrativista	Médio Purús	604.290
	Ituxi	776.940
	Rio Xingu	303.841
Área de Proteção Ambiental	Serra da Meruoca	26.784
RPPNs		24.149
Total em hectares		5.620.651



Oportuno ressaltar a participação da sociedade no esforço de conservação que contribuiu com 38 novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que totalizam 24.149 hectares.

Outras ações desenvolvidas em 2008:

- 55 propostas de criação, ampliação e revisão de limites em estudo.
- Criação do grupo de trabalho com a finalidade de analisar e propor alternativas para minimizar os conflitos sociais na Reserva Biológica Mata Escura-MG considerando como alternativa a possibilidade de revisão dos limites da UC.
- Criação do Comitê Consultivo de RPPNs, com a participação de ONGs, representantes do Governo Federal e pessoas de notório saber, tendo como finalidade estabelecer um fórum de discussões técnicas para o fortalecimento do sistema de criação, implementação e gestão das RPPNs federais.
- Início ao desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoria de RPPNs – SIMRPPN, que tornará o processo de criação mais ágil e transparente.

5.2 Elaboração e Revisão de Plano de Manejo

Em consonância com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, o ICMBio dispõe de Roteiros Metodológicos para elaboração de planos de manejo para as diferentes categorias de unidades de conservação, tanto para as unidades de proteção integral como as de uso sustentável. Os roteiros estabelecem diferentes etapas no processo de elaboração dos planos de manejo, passando pelo diagnóstico (levantamentos de campo), reuniões participativas e elaboração do planejamento propriamente dito.

Os planos de manejo tem sido elaborados de diferentes maneiras:

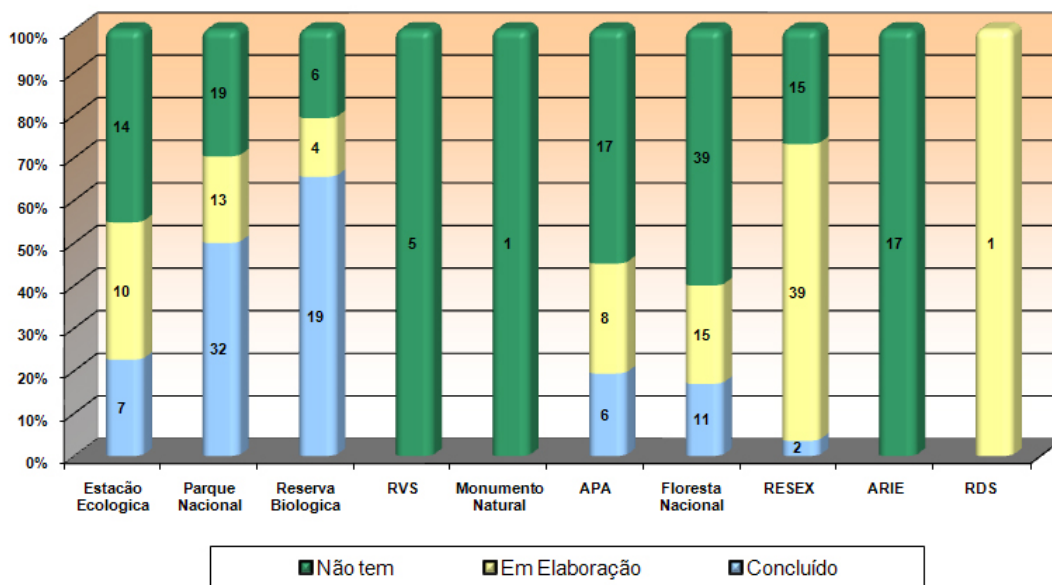
- Contratação direta
- Contratação de produto
- Elaboração por servidores com contratação de produto
- Elaboração por servidores do ICMBio

No exercício de 2008 foram realizadas ações para 101 planos de manejo, sendo que 36 são de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 65 de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e destes 12 foram concluídos, são eles:

- Área de Proteção Ambiental do Rio São João - Mico-leão-preto
- Estação Ecológica Aracuri Esmeralda
- Estação Ecológica do Raso da Catarina
- Estação Ecológica Mico-leão-preto
- Floresta Nacional de Ibirama
- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba
- Parque Nacional da Serra da Cutia
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos
- Parque Nacional da Tijuca
- Parque Nacional de Ilha Grande
- Reserva Biológica de União
- Reserva Biológica do Atol das Rocas



Situação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais



Outras ações desenvolvidas em 2008

- Parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional (CI) e The Nature Conservancy (TNC), para realização da 1ª Oficina para Elaboração de Planos de Manejo voltada para proprietários e responsáveis técnicos de RPPNs, a qual contou com a participação de 25 pessoas.
- Análise de 9 Planos de Manejo para RPPNs, sendo que 2 foram aprovados.

5.3 Avaliação da Implementação de UC

A avaliação da implementação das UCs federais não é realizada de forma sistemática para que se possa completar o ciclo PDCA – planejar, executar, corrigir e avaliar. Considerando a importância de avaliar a implementação das unidades, iniciou-se no ano de 2008 a monitoria dos Planos de Manejo dos Parques Nacionais Serra da Bocaina, Serra dos Órgãos, Iguaçu e Itatiaia. A ferramenta de monitoria está sendo estruturada no âmbito do ICMBio, para que se possa aplicá-la plenamente para as demais unidades de conservação como procedimento padrão.

5.4 Efetividade do Sistema, mosaicos e corredores

A **Gestão Integrada Cuniã-Jacundá** (EE Cuniã, Resex Lago Cuniã e Flona Jacundá) é um dos exemplos que mais obteve avanços em sua implementação, formando o Conselho consultivo das três UCs simultaneamente, trabalhando na elaboração dos respectivos planos de manejo (fase final de planejamento) e realizando a gestão administrativa conjunta.

O **Mosaico da Terra do Meio** (PN Serra do Pardo e EE Terra do Meio), também está se consolidando, principalmente nas ações de proteção e plano de manejo.



O **Mosaico Nascentes de Rondônia** (PN Serra da Cutia, PN Pacaás Novos, Resex Rio Cautário, Resex Rio Ouro Preto e Resex Barreiro das Antas) elaborou um plano de Proteção Integrado.

No **Mosaico Amazônia Meridional**, conhecido como “barreira” ao arco do desmatamento (sul da Amazônia legal, sul do Amazonas, norte do Mato Grosso e leste de Rondônia) vêm-se desenvolvendo esforços de planejamento em conjunto entre as UCs federais: PN Campos Amazônicos, RB Jaru, PN Juruena e Flona Jatuarana e os governos dos estados do Amazonas (Mosaico do Apuí) e do Mato Grosso (Parque Estadual Igarapés do Juruena), principalmente voltados à proteção e zoneamento (no âmbito de seus planos de manejo).

Corredor Central da Amazônia - Projeto Corredores Ecológicos. As UCs que o projeto apóia são: EE Jutai-Solimões, EE Juami-Japurá, PN de Anavilhanas, PN do Jaú e RB Uatumã. Em 2008 foram realizadas atividades voltadas à proteção da EE Juami-Japurá, monitoramento de tabuleiros de desova de quelônios, produção de material de divulgação da RB Uatumã e EE Jutai-Solimões, início da sensibilização dos atores locais para criação do conselho consultivo da EE Jutai-Solimões, produção de cartilhas explicativas e folders para trabalhos com o entorno da RB Uatumã e apoio a atividades de pesquisa na RB Uatumã.

Corredor Ecológico Jalapão - Chapada das Mangabeiras (em fase de formalização) – Firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA. Foram realizadas duas expedições na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. O projeto de Cooperação Técnica entre Brasil e Japão para Conservação de Ecossistemas de Ecótonos: Amazônia/Cerrado e Caatinga/Cerrado foi aprovado e as ações de implementação iniciaram em 2008.

Corredor Central da Mata Atlântica prevê ações de implementação das unidades de conservação no sul da Bahia e no Espírito Santo. Em 2008, foram executadas atividades de aquisição de equipamentos e de fortalecimento de conselhos consultivos. Além disso, foi finalizada a licitação e contratação de empresa para a elaboração dos planos de manejo dos parques nacionais do Descobrimento e Pau Brasil.

6. Proteção



Este macroprocesso tem por objetivo desenvolver mecanismos para proteção e segurança nas áreas das Unidades de Conservação federais com riscos de invasões.

6.1 Fiscalização

A estruturação dessa área teve como mote a promoção de uma mudança no modelo de proteção e fiscalização das UCs. Diante disso, foi construída uma nova concepção da ação de proteção ambiental, baseada nas seguintes premissas:

- Aumento da presença institucional, e conseqüentemente da densidade de pessoal do ICMBio nas unidades de conservação;
- Fortalecimento das equipes fiscalizatórias locais, por meio do aumento da autonomia das unidades já estruturadas e apoio às unidades em processo de estruturação;
- Continuidade das ações de proteção e fiscalização nas UCs;
- Criação de uma academia para capacitação de todos os atores públicos envolvidos na proteção.

Neste sentido, foi empreendido grande esforço institucional visando o fortalecimento do aparato de proteção do ICMBio. Foram desenvolvidas ações de capacitação, operações de fiscalização ambiental, revisão e elaboração de procedimentos normativos afetos à área de proteção ambiental, como a aquisição de equipamentos e de materiais controlados, dentre outras ações, apresentando os resultados a seguir descritos.



Em relação à Normatização de procedimentos e processos afetos à proteção ambiental, foram adotadas as seguintes providências:

- Publicação da portaria de designação dos agentes de fiscalização do ICMBio – Portaria nº 52/2008, e posteriores inclusões;
- Criação e publicação do Regulamento Interno de Fiscalização do ICMBio – Portaria nº 44/2008;
- Revisão do Decreto nº 3.179/99, com a apresentação à Procuradoria Federal de propostas incluídas no novo Decreto nº 6.514/08;
- Criação do Comitê de Proteção Ambiental do ICMBio, com o seu respectivo regimento interno;
- Revisão dos modelos de formulários de fiscalização, com apresentação de proposta atualmente em análise pela Procuradoria Federal.

A partir do segundo semestre de 2008, foram realizadas 31 (trinta e uma) Operações de fiscalização nas Unidades localizadas em todas as regiões do país. Essas operações envolveram 306 profissionais, dentre servidores e parceiros, e apresentaram um custo total de 415 (quatrocentos e quinze) mil reais. Ressalta-se as parcerias com agentes externos na execução das ações fiscalizatórias, destacando-se a participação do Ibama, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Dentre as operações realizadas, destacam-se:

- Operação Quelônios, ocorrida na Reserva Biológica Abufari / AM, que promoveu uma atuação conjunta de fiscais de várias Unidades e de servidores do RAN. Foram executadas ações de vigilância das praias locais e inibição da caça predatória, culminando com o nascimento recorde de 300 (trezentos) mil quelônios.
- Operação Boi Pirata, ocorrida na Estação Ecológica Terra do Meio / PA, que apresentou como principal resultado a retirada controlada de mais de 20 (vinte) mil cabeças de gado da UC.
- Operação Sempre Vivas, ocorrida no Parque Nacional Sempre Vivas / MG, que empreendeu ações de desmobilização de áreas de mineração e de extração de madeira para carvoarias.

Foi criado um Grupo de Trabalho conjunto ICMBio / IBAMA para revisar e redefinir o Programa de Voluntariado no âmbito das UCs federais. Esta etapa foi concluída e definiu-se como desdobramento ao ICMBio para 2009 implementar o referido programa com base nas suas diretrizes e necessidades.

Foram elaborados e revisados os Planos de Proteção de 15 UCs e realizadas diversas reuniões técnicas para iniciar o processo de elaboração de planos de proteção a serem concluídos em 2009. Essa ação tem caráter continuado. A meta é de que todas as UCs tenham o seu plano de proteção elaborado.

Foi procedida a emissão de carteiras de fiscalização e portes de arma para o pessoal operacional, após a devida aferição de capacidade psicológica e técnica dos agentes de fiscalização. Este procedimento garante a identificação funcional dos agentes de fiscalização em operações e o acesso ao uso de armamento.

Ainda neste exercício, foi feita a aquisição e distribuição de material controlado e equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto, incluindo armamento, munição e



coletes balísticos. Diante da responsabilidade institucional de garantir a proteção individual de seus servidores, tal procedimento apresenta como resultado a regularização e o incremento da estrutura de segurança no âmbito das Unidades do ICMBio.

6.2 Prevenção e controle de incêndios

Em 2008, iniciou-se o processo de estruturação da área de prevenção, atendimento e combate a incêndios florestais e emergências ambientais no Instituto, com resultados previstos para 2009. Como parte desse processo, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de Operações de combate a incêndios florestais, destacando-se a ocorrida no Parque Nacional Chapada Diamantina / BA, em novembro de 2008.
- Contratação de aeronaves para apoio às ações de combate a incêndios florestais.

7. Manejo para Conservação



Este macroprocesso tem como objetivo o desenvolvimento de ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies. Em particular este processo enfoca as espécies ameaçadas de extinção (IN MMA nº 3/2003 e nº 5/2004). Temos 633 espécies ameaçadas de extinção, sendo que uma pequena proporção delas está sendo trabalhada em programas de conservação. Os principais instrumentos desenvolvidos são a lista de espécies ameaçadas e os planos de ação para a conservação destas espécies. Ao final de 2008 adicionou-se a modelagem de informações sobre as espécies, de forma a se buscar traçar prognósticos sobre o estado de conservação da biodiversidade visando o acompanhamento do seu estado de conservação.

7.1 Avaliação da conservação da biodiversidade

Este processo tem como missão a elaboração e a revisão das listas de espécies ameaçadas e atualização do livro vermelho de espécies ameaçadas.

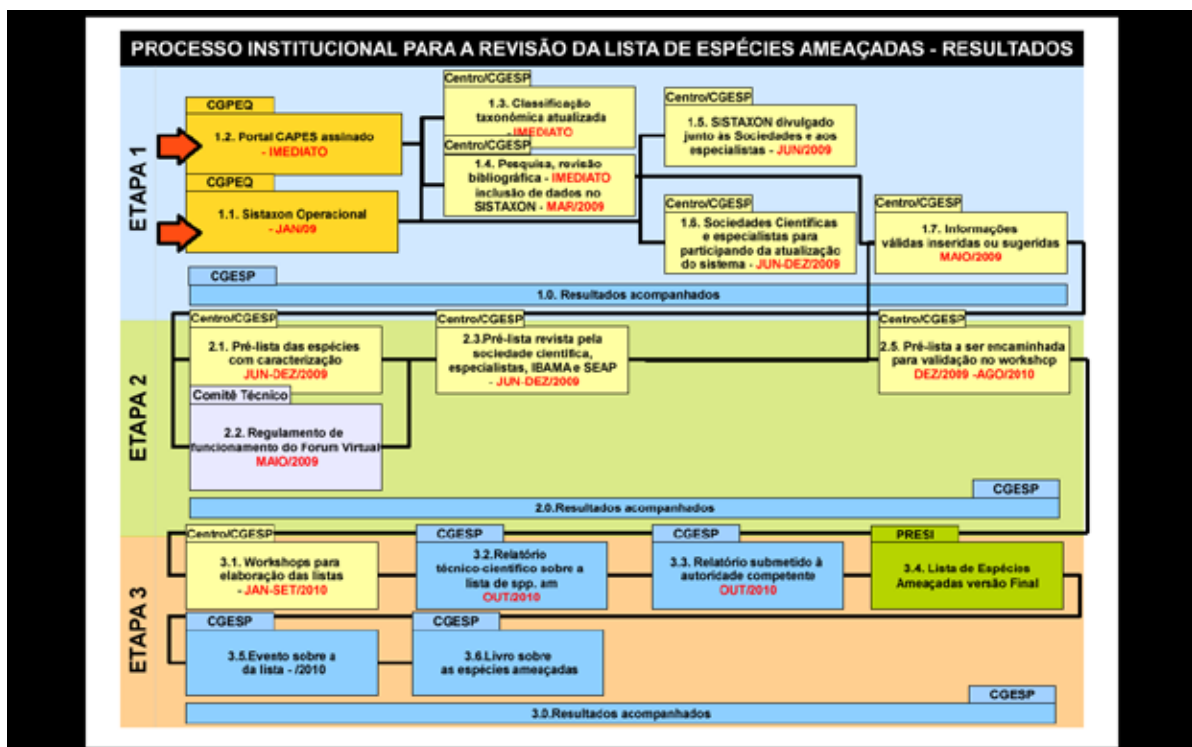
Foram estabelecidas as seguintes etapas para gerar os produtos esperados para este processo:

- Organizar e secretariar as reuniões do Grupo Assessor Técnico para Revisão da Lista de Espécies Ameaçadas;
- Estabelecer parcerias para revisar os grupos que não possuem centros;
- Elaborar e coordenar a implementação do projeto orçamentário para revisão taxonômica e sistemática;
- Supervisionar a validação dos dados inseridos no SISTAXON;
- Organizar reunião de uniformização de uso dos critérios IUCN e uso do SINEA (Sistema para Categorização do Estado de Conservação das Espécies);



- Supervisionar os foros virtuais de discussão;
- Organizar os eventos de definição técnica da lista;
- Consolidar o relatório técnico final da lista de espécies ameaçadas de extinção;
- Preparar o livro vermelho de espécies ameaçadas de extinção.

Em outubro de 2008 foi realizada a primeira oficina para modelar um dos processos relacionados ao macroprocesso de Conservação e Manejo com a participação de representantes de unidades relacionadas. O produto síntese desta oficina segue abaixo.



Como se pode observar no quadro acima, este processo possui não só ações e atores bem definidos como também datas previstas para a entrega dos resultados.

7.2 Elaboração e implementação de Planos de Ação

Este processo foi o segundo a ser modelado em 2008, tendo gerado uma estrutura de ação institucional onde participam do processo tanto a coordenação (Sede) quanto os centros de pesquisa e conservação. Os Planos de Ação (PdA) podem ter caráter regional ou temático ou serem nacionais (PAN).

Tem como o objetivo coordenar a elaboração, articular a implementação, acompanhar e ajustar os Planos de Ação (incluindo planos de conservação na natureza e em cativeiro); articular ações de fiscalização/proteção; adequar Planos de Manejo de UC inserindo ações para conservação de espécies ameaçadas que ocorrem nas UC; auxiliar na elaboração de Planos de Manejo de UC federais.

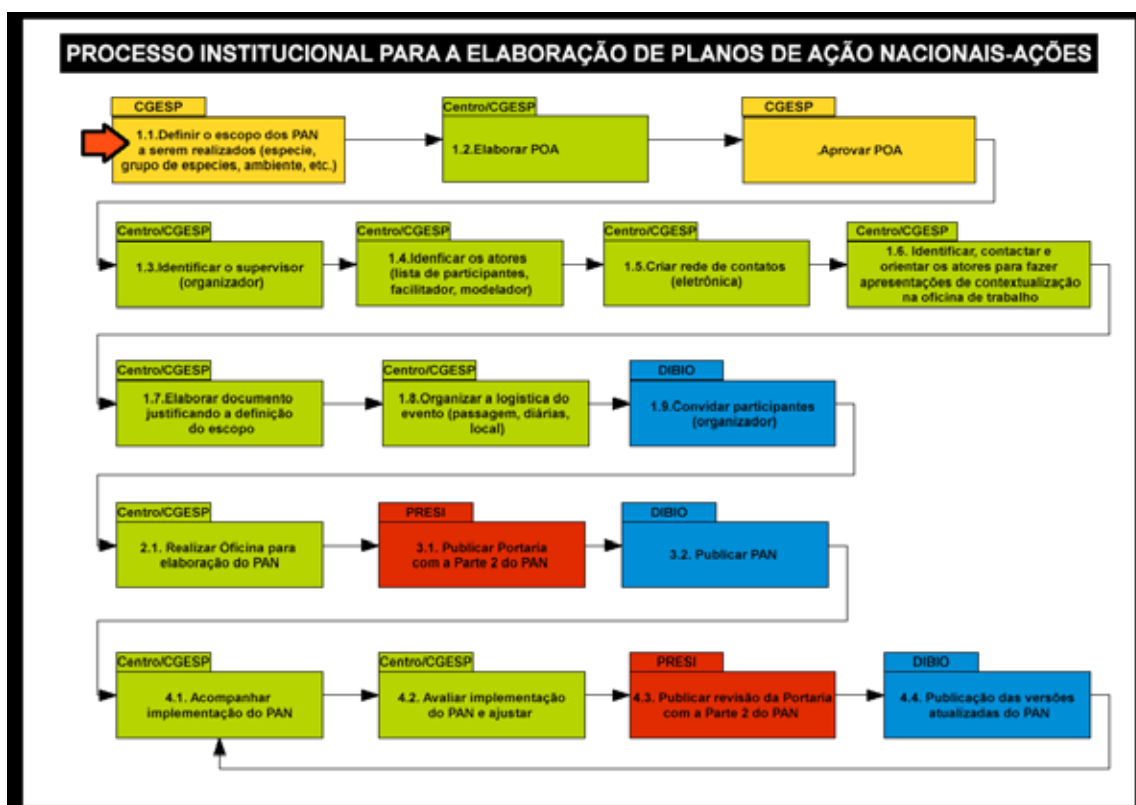
Considerando que este processo é bastante trabalhoso, resolveu-se por subdividi-lo em duas divisões: 1) Elaboração de Planos de Ação e 2) Implementação de Planos de Ação.

Assim, os objetivos específicos destes processos passaram a ser:

Elaboração de Planos de Ação: a) Planejamento dos grupos taxonômicos/ temáticos - priorização da elaboração de Planos de Ação; b) Definição de roteiros para elaboração de Planos de Ação de espécies ameaçadas, invasoras, áreas de interesse especial e temas (ameaças); c) Definir a priorização das reuniões dos grupos assessores para elaboração de Planos de Ação; d) Oficialização dos Planos de Ação.

Implementação de Planos de Ação: a) Análise das ações atribuídas ao ICMBio para implementação na natureza e em cativeiro; b) Criação dos grupos assessores estratégicos; c) Definir a priorização das reuniões dos grupos assessores para implementação de Planos de Ação.

Em novembro de 2008 foi realizada uma oficina para modelar este processo com a participação de representantes de diversas unidades relacionadas. O produto síntese desta oficina segue abaixo.





A Coordenação responsável por este processo gerou em 2008 como produtos três novos planos de ação, compondo os volumes 5, 6 e 7 da Série Espécies Ameaçadas (SEA), publicada pelo ICMBio em conjunto com o MMA: 1) Plano de Ação Nacional para a Conservação de Aves de Rapina, 2) Plano de Ação para a Conservação do Mutum-de-Alagoas, 3) Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Galliformes.



Além dos três Planos mostrados acima, também foi elaborado o “Plano de Ação Emergencial para Conter a Captura de Botos na Pesca da Piracatinga”. Este foi elaborado em virtude de uma pressão nova sobre uma espécie que havia saído da lista nacional de espécies ameaçadas e que poderá voltar a figurar nela caso nada seja feito para reduzir ou parar completamente a captura de botos para serem utilizados como isca na pesca da piracatinga. Cabe menção especial ao Plano de Ação para as Aves de rapina que foi lançado em cerimônia no Ministério do Meio Ambiente pelo Ministro Carlos Minc Baumfeld, tendo sido posteriormente utilizado como referência para as provas de concurso público tanto do MMA quanto do ICMBio.

Os planos de ação que já haviam sido publicados anteriormente na Série Espécies Ameaçadas vêm sendo implementados por diversos atores do governo e da sociedade e monitorados por meio dos grupos assessores do ICMBio. São estes: Mutum-do-sudeste (Vol. 1), Albatrozes e Petréis (Vol. 2), Pato-mergulhão (Vol. 3), Arara-azul-de-lear (Vol. 4). Outros planos publicados em formatos diversos também vêm sendo acompanhados no âmbito do processo Planos de Ação, como o de Carnívoros (CENAP/ICMBio), Micos-leões (PHVA-3, Grupo assessor Internacional de micos-leões), Lobo-guará (CENAP/ICMBio). Além destes o ICMBio colaborou na elaboração do “Plano de Ação para a Conservação do Soldadinho-do-Araripe (*Antilophia bokermani*)” elaborado em conjunto com Aquasis, SAVE Brasil, Birdlife, IBAMA e OAP.

Vários outros Planos de Ação estão em elaboração em conjunto com uma grande gama de pesquisadores (cerca de 500) e de instituições. Os Planos de Ação abaixo indicados com asterisco a frente foram elaborados em atendimento aos editais do FNMA e PROBIO/MMA.

Aves

Papagaios, 1º sem/2009,

*Papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) (Idéia Ambiental)

Ararinha-azul, 1º sem/2009

Arara-azul-grande, 2º sem/2009

*Bacurau-do-rabo-branco (*Eleotryptus candicans*) (FECT)

Aves campestres do cone sul (*Numenius borealis*, *Tryngites subruficollis*, *Xanthopsar flavus*, *Polystictus p. pectoralis*, *Alectrurus risora*, *Alectrurus tricolor*, *Sporophila zelichi*, *Sporophila palustris*, *Sporophila cinnamomea*, *Sporophila hypochroma*, *Sporophila ruficollis*)

Insetos

Lepidópteros, 1ºSem/2009

*Formiga *Dinoponera lucida* (Inst. Dríades)

Mamíferos

Muriquis, 2º sem/2009

*Macaco-prego-de-peito-amarelo, *Cebus xanthosternos* (IESB)

Mamíferos aquáticos (3ª Ed.), 2º sem/2009

*Toninha (*Pontoporia blainvillei*) (CECLIMAR-UFRGS, FIOCRUZ, Instituto Terra & Mar, MORG/FURG, LBA/UENF)

Cervídeos, 1º sem/2009

Roedores e marsupiais, 1º sem/2009

*Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) (Inst. Dríades) Xenarthra, 2º sem/2009

*Morcego *Lonchophylla dekeyseri*

Répteis

Tartarugas marinhas, 1º sem/2009

7.3 Análise e prognóstico de conservação da biodiversidade

Entre os objetivos deste processo estão: a) Modelagem da necessidade de elaboração de Planos de Ação para as espécies ameaçadas de extinção (p.ex. ararajuba, Guaruba guarouba); b) Capacitação de técnicos da instituição para uso de ferramentas de modelagem.

Foram alocadas para desenvolvimento por esta coordenação as avaliações de viabilidades populacionais na natureza e em cativeiro e as modelagens de distribuições potenciais. Esta última modelagem pode vir a ter grande utilidade em vários outros processos além do de conservação e manejo, como o de fomento à pesquisa e o de autorização para o licenciamento. As análises de viabilidade populacionais podem indicar a necessidade de incluir espécies na lista de espécies ameaçadas, elaborar planos de ação, ou até iniciar programas de conservação em campo ou em cativeiro.

7.4 Análise de impactos para autorização de licenciamento

Em dezembro de 2008 foi elaborada a portaria que definiu as normas para atuação do ICMBio frente a solicitações de licenciamento, publicada por meio da Portaria nº 1 de 2 de janeiro de 2009.

8. Pesquisa e Monitoramento



O macroprocesso Pesquisa e Monitoramento tem como objetivo o fomento e a geração de conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas; e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação.

8.1 Fomento e execução de pesquisa para conservação da biodiversidade, com ênfase nas espécies ameaçadas e gestão de UCs:

a. *Indução de pesquisas referentes às lacunas de conhecimento*

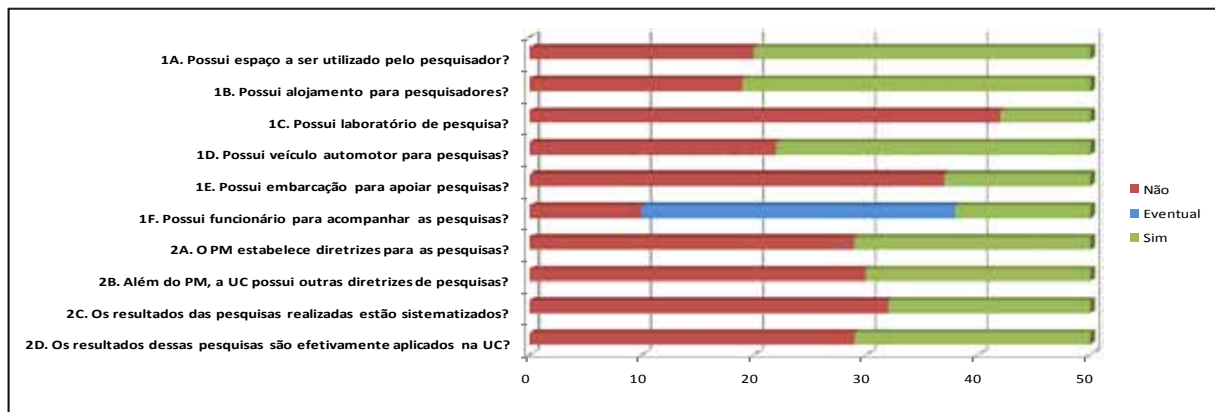
i) Identificação das demandas de pesquisa em 12 UCs do Bioma Marinho-Costeiro e 9 UCs do Bioma Caatinga e do levantamento existente referente ao Bioma Cerrado e Pantanal:

Bioma	Tema
CAATINGA	<ul style="list-style-type: none">▪ Inventário biológico▪ Meio físico▪ Espeleologia▪ Pressões e usos da biodiversidade▪ Arqueologia▪ Recuperação de áreas degradadas
MARINHO E COSTEIRO	<ul style="list-style-type: none">▪ Ordenamento e gestão da pesca▪ Monitoramento da qualidade ambiental▪ Manejo de espécies exóticas e/ou invasoras
CERRADO E PANTANAL ¹	<ul style="list-style-type: none">▪ Distribuição, inventário e dinâmica populacional de espécies ou grupo de espécies chave da fauna e flora para o manejo e monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação▪ Impacto da visitação pública na biodiversidade e nos ecossistemas em unidades de conservação▪ Manejo de espécies exóticas invasoras em unidades de conservação

¹ As linhas de pesquisa foram obtidas a partir do preenchimento de questionários e reuniões realizadas com os chefes/responsáveis pela pesquisa nas UCs integrantes deste projeto em 2007.



ii) Diagnóstico Preliminar da Capacidade de apoio às pesquisas nas UC: realizado por meio de questionário eletrônico enviado a todas as UCs, cujos resultados abaixo representam o universo de 50 unidades que responderam até 02 de dezembro de 2008:



iii) Implementação do PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – no ICMBio, com a concessão de 14 bolsas envolvendo 7 Centros de Pesquisa e Conservação e 3 UCs;

iv) Assinatura e início da implementação do PROBIO II – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade com recursos de doação do Banco Mundial/GEF;

v) Assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica para execução dos projetos de conservação marinho âmbito da Carteira Fauna Brasil, uma parceria entre ICMBio, IBAMA, FUNBio e Ministério Público Federal.

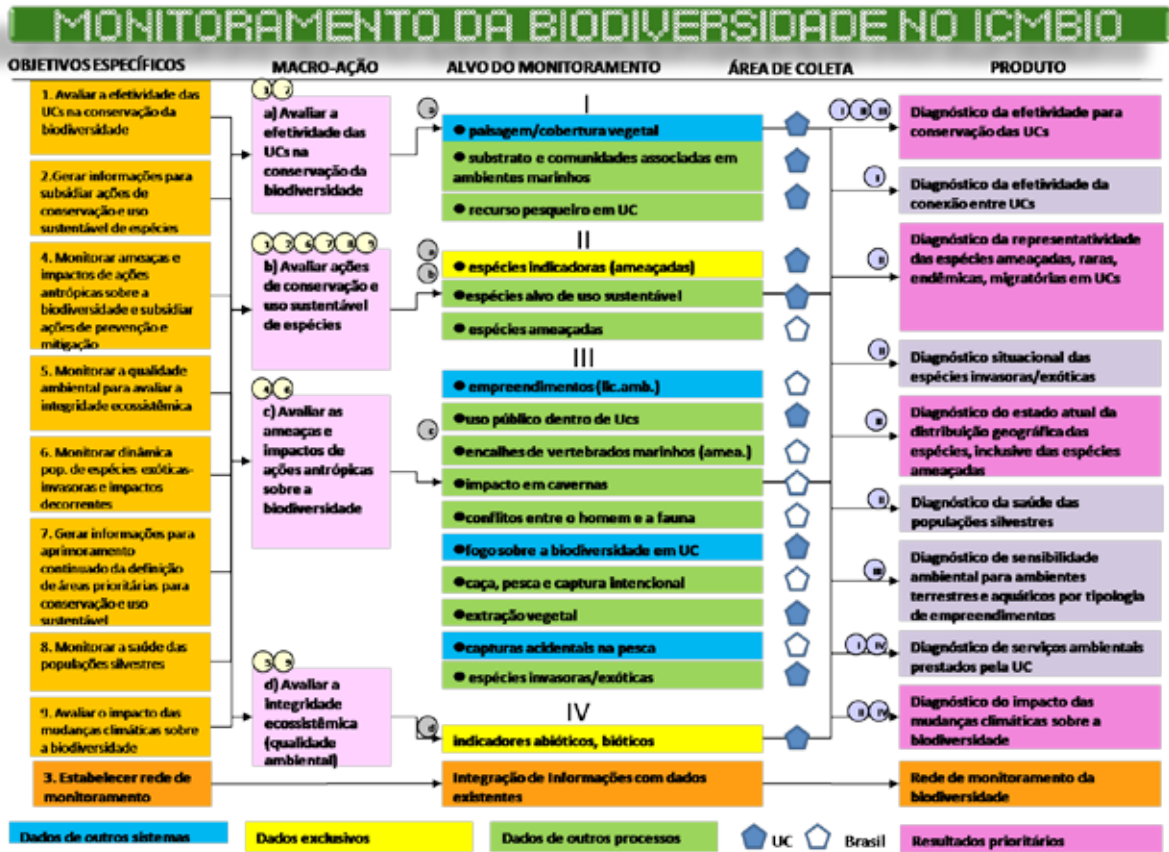
b. Realização de Pesquisa pelos Centros Especializados:

i) Os 11 Centros de Pesquisa e Conservação atuam em todo o território nacional na geração do conhecimento aplicado à conservação de espécies. Foram realizadas dezenas de expedições científicas visando a geração de conhecimento sobre primatas, carnívoros, espécies da flora, répteis, anfíbios, tartarugas marinhas, aves, peixes, cavernas e mamíferos aquáticos. Entre as espécies trabalhadas estão mais de 34 espécies ameaçadas de extinção.

8.2 Monitoramento da biodiversidade

a) Modelagem:

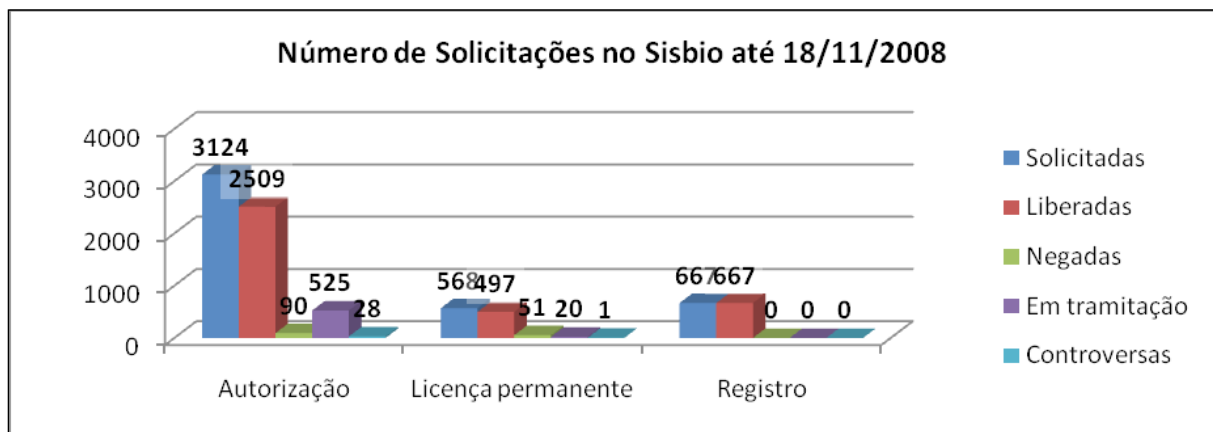
Oficina para modelagem do processo institucional para o monitoramento da biodiversidade no âmbito do ICMBio, cujo produto síntese segue abaixo:

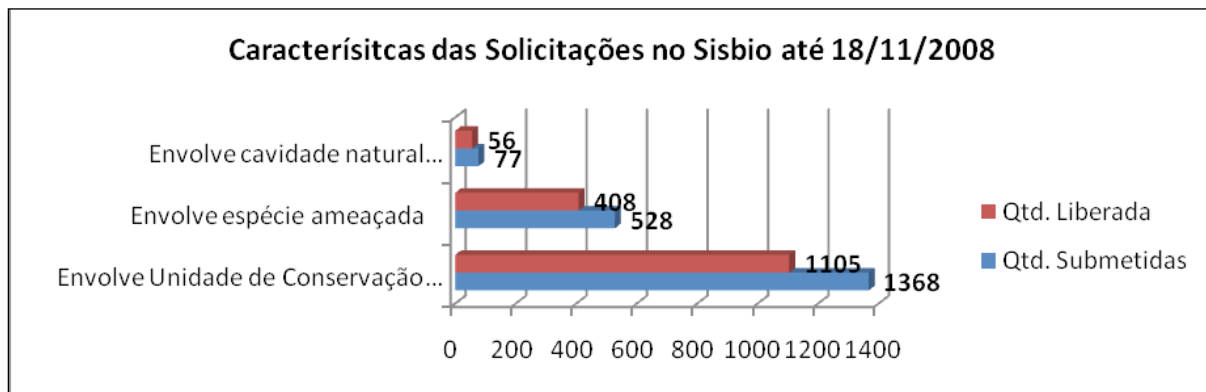


8.3. Gestão da Informação/Disseminação do conhecimento

a) Implementação e gerenciamento do SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade) e normas vinculadas;

i) Análise e deliberação sobre mais de 8.500 solicitações, envolvendo 10.345 pesquisadores (titulares e membros de equipe) e 686 servidores do ICMBio (pareceristas e homologadores):





Pesquisa por UC



Pesquisa por Município



Fonte: Balance SISBIO: 18/11/2008

- i) Finalista no 13º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;
- ii) Adequação tecnológica à Portaria MMA nº 236/08, que atribui ao ICMBio a gestão do SISBIO;
- iii) Adequação da IN IBAMA 154/07 para Instrução Normativa do ICMBio;
- iv) Resgate do Comitê de Assessoramento Técnico – CAT – do SISBIO;
- v) Revisão das normas presentes na IN IBAMA 154/07 e submissão à apreciação do CAT-SISBIO;
- vi) Desenvolvimento do Módulo Relatório, para entrada de dados do resultado das pesquisas;



b) Implementação e gerenciamento do SISTAXON (Sistema de Informação Taxonômica);



Desenvolvimento do documento de visão do SISTAXON, um sistema unificado de informações sobre os táxons de ocorrência no Brasil, incluindo classificação taxonômica, distribuição, biologia, ecologia e conservação. Este sistema deverá oferecer aos centros de pesquisa e conservação, às Unidades de Conservação, às Coordenações e Diretorias do ICMBio e à comunidade científica, um modelo interativo e simplificado de pesquisa baseada na literatura científica, compilação, armazenamento e gestão de informações, por meio da Internet, pelo qual será possível consultar, avaliar e inserir dados e informações relativas à biodiversidade brasileira.

Figura. Escopo do SISTAXON.

c) Diagnóstico dos sistemas de informação em biodiversidade do ICMBio e proposição de integração destes com sistemas afins do IBAMA e MMA;

i) Criação de Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Informações em Biodiversidade, que identificou 32 sistemas e banco de dados passíveis de integração, que tratam de diversas informações, como apresentado na tabela abaixo.

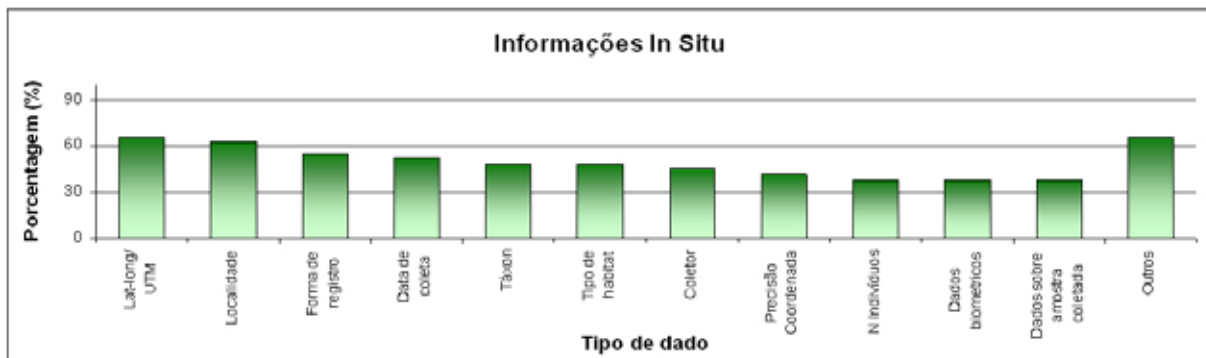


Figura. Informações essenciais nos sistemas e bancos de dados analisados.

ii) Proposição de sistema de dados para integração:

A partir do diagnóstico feito pelo GT foi possível selecionar e priorizar o tipo de informação a ser incorporada num sistema integrador, bem como o formato e padrão a ser utilizado.

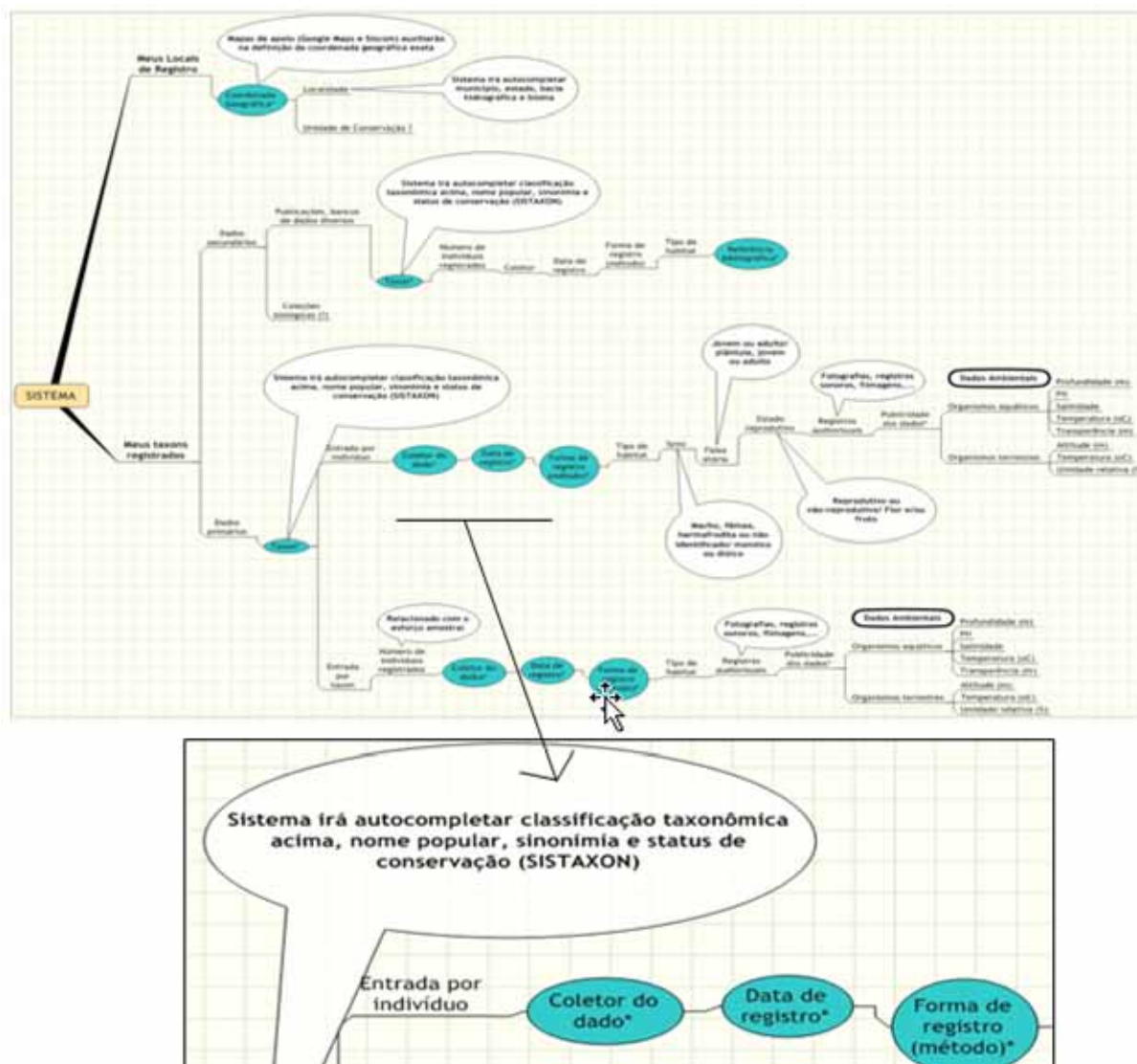


Figura. Fluxograma de informações que comporão o sistema de integração.

d) Apoio à política de acesso a periódicos científicos

i) Negociação com a CAPES de um contrato de acesso a duas coleções, ou bases de periódicos científicos em texto completo para o ano de 2009: (1) BioOne: Base de dados com mais de 82 periódicos abrangendo Ciências Biológicas, Ecologia, Meio Ambiente, Zoologia e Genética; e (2) Springer Verlag & Kluwer: Coleção multidisciplinar de 1329 publicações periódicas, com ênfase nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra.

9. Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais



Este macroprocesso tem por objetivo gerir os recursos de Compensação Ambiental e sistematizar os recursos especiais, fontes externas ao tesouro e que auxiliam na manutenção, consolidação e sustentabilidade das unidades de conservação e centros especializados.

9.1. Negociação da Compensação Ambiental

A Compensação Ambiental foi criada pela Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei do SNUC, e regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 agosto de 2002. É um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de significativos impactos ambientais ocorridos quando da implantação de empreendimentos e identificados no processo de licenciamento ambiental.

A aplicação dos recursos da compensação ambiental nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- Regularização fundiária e demarcação das terras;
- Elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade;
- Desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e
- Desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

A legislação prevê ainda que nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não forem do poder público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

- Elaboração do plano de manejo ou nas atividades de proteção da unidade;
- Realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

- Implantação de programas de educação ambiental, e
- Financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

Com o advento da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, foi criada a Câmara de Compensação Ambiental inter-institucional, pela Portaria 513/2007, estabelecendo a participação do MMA, Ibama, ICMBio e proporcionando a participação da representação dos estados e municípios por meio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, respectivamente.

Atividades da CCA em 2008:

Em abril de 2008 o Supremo Tribunal Federal - STF considerou constitucional o instrumento da compensação ambiental e inconstitucional o percentual mínimo de 0,5% como base de cálculo sobre os empreendimentos. Diante disto, o marco legal da compensação ambiental está suspenso aguardando decisão recursal.

Em agosto de 2008 foi criada a Câmara Federal de Compensação Ambiental pela Portaria Conjunto nº 205, de 17 de julho de 2008, composta pelo Ibama, ICMBio, MMA, Abema, Anamma, CNI, Conselho de Reitores, e Forum Brasileiro de Ongs do Meio Ambiente, presidida pela Secretária Executiva do MMA, secretariada pela Secretária de Biodiversidade e Florestas - SBF do MMA.

Em novembro de 2008 o ICMBio contratou a Caixa Econômica Federal para utilização de Contas Gráficas – contas escriturais para projetos públicos, com titularidade do projeto.

Após o depósito dos recursos, pode-se agrupá-los para a concretização do benefício da Compensação Ambiental chegar às UCs.

9.2 Implementação da Compensação Ambiental

No ano de 2008 o ICMBio, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, se dedicou ao desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Controle para fins de aplicação dos recursos da Compensação Ambiental, com o propósito de prover maior agilidade e transparência à execução desses recursos.

Situação em dezembro/08 (em milhões R\$)	
Encaminhados a CFCA/MMA	108
Aguardam efeito ADI 3378	207
Sob Impedimento Legal	47
Destinados a Estados e Municípios	33
Executados	(7)
Valores Indisponíveis	388
Valores Em Execução UCs Federais	160
Valores já executados	(58)
VALORES DISPONÍVEIS	102
Valores Executados entre Agosto e Dezembro de 2008	12
Valores Executados de 2000 a Agosto 2008	53



Valores Disponíveis UCs Federais (em milhões R\$)			
Destinação	Com Termo de Compromisso	Executados	Saldo a Executar
Regularização Fundiária	79	(22)	57
Plano de Manejo	10	(5)	5
Implementação	71	(31)	40
Estudo Criação UC	1	-	1
TOTAL	160	(58)	102

10. Desenvolvimento Institucional



10.1 Comunicação e marketing

O processo Comunicação e Marketing, que conta com as áreas Institucional e Imprensa, ampliou as formas de divulgação da imagem e das ações do Instituto nos meios de comunicação de massa (Jornais, TVs, Rádios e Portais de Notícias) ao longo de 2008, garantindo a disseminação das competências da autarquia junto à sociedade.

Outra ampliação se deu junto ao público interno, formado por mais de 2 mil servidores, que foram informados sobre todas as etapas de estruturação do Instituto durante o ano, por meio do veículo de comunicação interna, um boletim virtual chamado ICMBio em Foco. Ao todo foram produzidas 38 boletins ao longo de 2008, em edição semanal.

Ao todo foram produzidas 64 Edições da Newsletter da Agência de Notícias do Instituto Chico Mendes – AGBio, reunindo 575 matérias e reportagens sobre as ações do ICMBio, divulgadas semanalmente para cerca de 30 mil jornalistas do País. Houve ampliação no número de edições fechadas pelo processo Comunicação e Marketing, antes uma por semana para atualmente duas edições semanais.

Entre os fatos de extrema relevância divulgados amplamente nos meios de comunicação está o Programa Turismo nos Parques, que prevê investimentos na ordem de R\$ 28 milhões em seis Parques Nacionais (PN) geridos pelo Instituto, a saber: PN de Aparados da Serra (SC/RS), PN da Chapada dos Veadeiros (GO), PN dos Lençóis Maranhenses (MA), PN da Serra dos Órgãos (RJ), PN do Jaú (AM), e PN da Serra da Capivara (PI).

11. Gestão de Pessoas



O macroprocesso Gestão de Pessoas tem como objetivo implementar um conjunto de práticas e políticas integradas que se destinam ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio, alinhado à missão e aos objetivos institucionais, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para os resultados da instituição.

11.1. Administração de Pessoal e Qualidade de Vida

Ações relevantes realizadas em 2008:

- Elaboração das Portarias de Redistribuição dos servidores do ICMBio;
- Migração da folha de pagamento dos servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – MAI/2008;
- Elaboração do contrato que viabilizou a manutenção da assistência médica aos servidores redistribuídos no Plano de Saúde original/sem carência (GEAP);
- Tratativas para manutenção dos serviços prestados pelo Banco do Brasil e novo contrato com a Caixa Econômica Federal - CEF (empréstimos, consignações e para compra de imóveis);
- Tratativas com o CESPE para viabilização do Concurso Público 175 vagas;
- Concurso Interno de Remoção – CIR 2008;
- Contrato com o CIEE para concessão de estágio;
- Migração das Sentenças Judiciais de anuênios para base administrativa do SIAPE;
- Cadastramento de dependentes (+ 3.500) para fins de liberação do recurso orçamentário 2009 (per capita do plano de saúde) – Exigência da SRH/MP – OUT/2008;
- Averbação do tempo de serviço dos servidores que recebem abono permanência – Exigência cumprida no mês de agosto/2008 – SRH/MP.



11.2 Educação Corporativa

A partir de agosto de 2008 a Capacitação passou a atuar como Educação Corporativa, planejando e trabalhando um conjunto de práticas educacionais continuadas para promover o desenvolvimento do servidor, tanto a nível pessoal quanto profissional, de modo a contribuir com uma atuação mais efetiva e eficaz na sua vida institucional e pessoal.

Este arranjo deve-se à nova forma organizacional do Instituto, que se fundamenta em macro-processos, ou seja, conjunto de processos interligados e integrados ao planejamento estratégico do ICMBio cuja primeira fase já se concluiu.

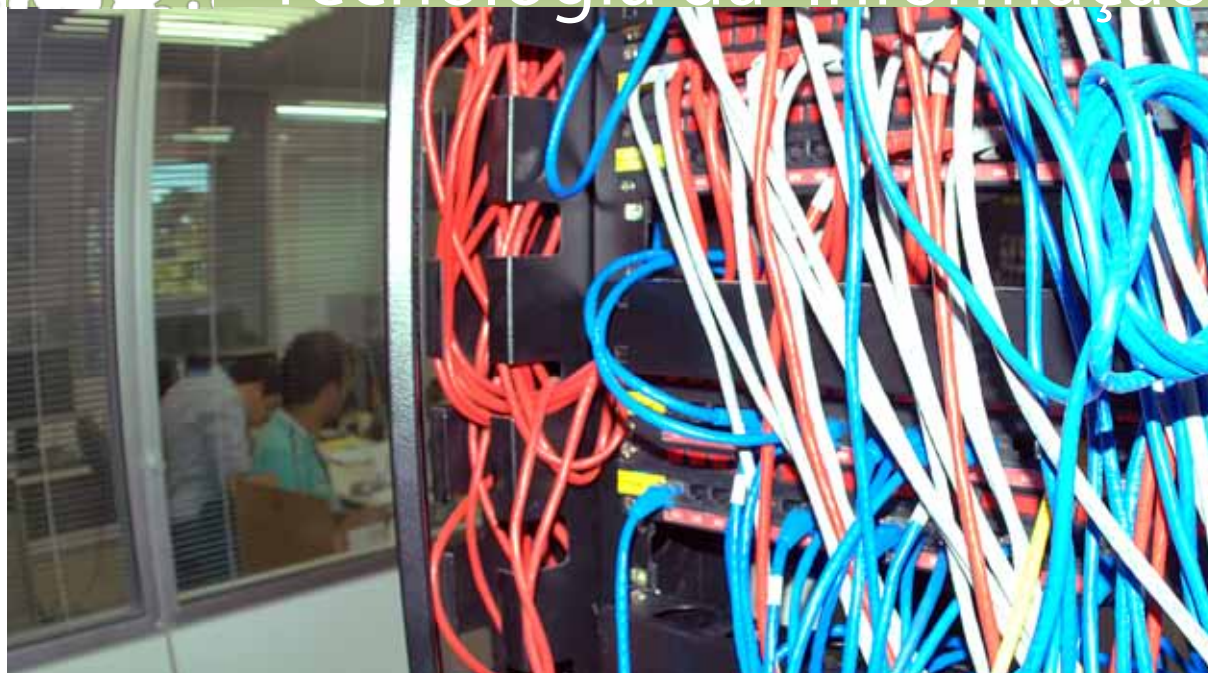
- Atividades desenvolvidas pela Educação Corporativa: celebração de parcerias (Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF e Universidade de Brasília - UnB), visitas técnicas para conhecer outras experiências (Banco do Brasil, AGU e CEF), normatizações, cursos de fiscalização, pareceres para afastamentos em eventos de capacitação, construção dos espaços de comunicação e de formação a distância, elaboração do Manual de Capacitação que estabelece regras para afastamentos para participação em eventos de capacitação de curta, média e longa duração, elaboração da Política de Desenvolvimento de Pessoas, do processo de atualização cadastral dos servidores do ICMBio que servirá de base para a construção do Banco de Talentos, mapeamento e formulação do Plano Anual de Capacitação para 2009, formação do grupo de estudos internos, criação do portal do conhecimento, criação do informativo da Educação Corporativa, planejamento dos cursos de formação de gestores e dos novos analistas que ingressarem por meio do concurso público e proposta de portaria que normatiza o pagamento de hora/aula para instrutores.

A concretização de tudo isso é uma conquista coletiva que contou com a participação de representantes de todas as diretorias e do exercício cotidiano da socialização das informações e da tomada de decisão de forma democrática e participativa, baseando-se em reuniões internas das Linhas de Ação, com as diretorias, com o Comitê de Capacitação e com o Conselho de Diretores.

A equipe da Educação Corporativa apresenta as atividades desenvolvidas ao longo do período de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2008, 34 eventos de capacitação, com a participação de 377 pessoas, com o investimento de R\$ 1.390.643,92.



12. Administração e Tecnologia da Informação



O macroprocesso de Administração e Tecnologia da Informação tem por objetivo a gerência de recursos logísticos e tecnológicos de forma integrada e estratégica, com um planejamento coordenado de todas as atividades, otimizando os recursos disponíveis, visando a modernização dos processos, a fim de permitir atendimento de excelência no âmbito das Unidades de Conservação e Centros Especializados do ICMBIO.

12.1 Suprimento e Logística

O ano de 2008 foi marcado na área de suprimento e logística pela iniciativa de reformulação e modernização da gestão.

A meta estabelecida foi consolidar o Instituto como unidade responsável por suprir suas próprias demandas, seja por meio da utilização da estrutura da sede, seja por meio das estruturas administrativas descentralizadas, as chamadas Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAFs.

Como passo inicial para essa consolidação foi identificada a necessidade do Instituto Chico Mendes implementar sua própria sede, com as condições adequadas para o cumprimento de sua missão.

Para tanto, foram priorizadas algumas iniciativas de grande porte e abrangência nacional, após análise substancial de quais serviços eram mais demandados pelas unidades descentralizadas, a fim de que fossem firmados pela sede do ICMBio contratos destinados a atender tais necessidades. A proposta é que a centralização das contratações e a descentralização dos serviços otimizaria o monitoramento, o controle e a agilidade de atendimento, além de desonerar as UAAFs de tais procedimentos, para que pudessem se dedicar, também de forma mais ágil, ao atendimento das demandas específicas das unidades por elas apoiadas.

Os principais contratos de abrangência nacional firmados pela sede são:

Fornecimento de combustível e manutenção de veículos e embarcações: em julho de 2008 foi contratada a empresa para, de forma automatizada, fornecer crédito às unidades do ICMBio, por meio de cartão individual para o condutor e para o veículo, a fim de que possam utilizar dos referidos serviços. Essa iniciativa viabilizou maior controle e agilidade na medida em que os recursos para tal fim foram previamente garantidos no orçamento e cada unidade cadastrada possuía sua cota mensal de recursos liberada automaticamente pelo sistema informatizado de gestão desse serviço.

Passagens aéreas: em fevereiro de 2008 foi contratada empresa de grande porte para prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para todos os servidores do ICMBio, requisito básico para otimizar a implantação em nível nacional do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal.

Serviços Postais e Malote: os contratos foram assinados em abril, a fim de viabilizar a todas as unidades a utilização dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Empresa para realização de eventos: foi contratada, em julho, empresa responsável pela organização e execução de eventos no âmbito do Instituto Chico Mendes.

Serviços gráficos: foi contratada, em dezembro, empresa para realização de serviços gráficos, visando a padronização dos materiais publicados pelas diversas instâncias do Instituto, assim como maior agilidade na elaboração e distribuição destes materiais.

Serviços de manutenção predial: também contratada em dezembro, a empresa licitada será responsável pela elaboração de projetos de reforma ou construção das unidades do ICMBio em todo o país.

Radiobrás e Imprensa Nacional: contratos específicos para publicações oficiais, firmados respectivamente em março e abril, dos quais beneficiaram-se tanto a sede quanto todas as 16 Unidades Avançadas de Administração e Finanças do Instituto distribuídas pelo país.

Locação de aeronave para combate a incêndio: firmado em novembro, o presente contrato prevê soluções para situações de crise extrema e encontra-se à disposição de todas as unidades do Instituto.

No final de 2008, considerando os contratos já existentes e os que vieram a ser firmados, o Instituto Chico Mendes possuía 122 unidades de conservação e 09 centros de pesquisa beneficiados com contratos de vigilância; 90 unidades de conservação e 10 centros especializados utilizando contratos de limpeza e conservação, além de 52 unidades de conservação e 12 centros de pesquisa atendidos por contratos de apoio administrativo, técnico e operacional.

Por fim, foi implementada a iniciativa de tratar corretamente a documentação do Instituto, por meio da constituição de uma equipe técnica a fim de implantar a Política de Gestão Documental.

Dentre as iniciativas já em implementação, destacam-se:

- o tratamento da documentação da presidência do ICMBio;
- a criação de um sistema (provisório), com uso de código de barra (etiqueta) e visualização do documento (imagem digital);



- a elaboração do manual de redação do ICMBio, para padronizar a formatação dos documentos produzidos na Instituto;
- a busca de parceiras com diversas áreas para o desenvolvimento do projeto.

12.2 Tecnologia da Informação

Desenvolvimento e publicação do sítio do ICMBio www.icmbio.gov.br, com a implementação de sub-sítios de diversas Unidades de Conservação e Centros Especializados;

Desenvolvimento da Intranet do ICMBio <http://intranet.icmbio.gov.br>;

Desenvolvimento de aplicativo de banco de dados para automatização do processo destinado ao controle e acompanhamento do Concurso Interno de Remoção;

Implementação do correio eletrônico em ferramenta desenvolvida em Software Livre denominada Expresso <http://correiolivre.icmbio.gov.br>;

Contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para prestação de serviços de Infovia, Consultoria, Datacenter, suporte operacional e tecnológico;

Configuração de rede e equipamentos de informática e comunicações;

Projetos em andamento:

- Migração do sítio do ICMBio para a ferramenta de software livre denominada Plone;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Elaboração do Modelo de Serviços de Rede Local;
- Migração do Sistema de Biodiversidade – SISBIO, do ambiente da Embratel para o SERPRO;
- Implantação do Sistema de Taxonomia – SISTAXON, no ambiente do SERPRO.

13. Finanças



O macroprocesso de Finanças tem por objetivo promover a operacionalização dos recursos do Orçamento Geral da União, tanto as fontes de receita quanto os recursos de despesa

13.1 Finanças

No ano de 2008 foram iniciados os trabalhos nas áreas de finanças e arrecadação, tanto a composição da equipe, como a gestão dos processos referentes a estas áreas. A área de finanças foi subdividida em Pagamento, Contabilidade e Acompanhamento de Prestações de Contas, enquanto que a área de arrecadação em Receita e Cobrança.

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias Passagens

No ano de 2008 foi implantado o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP na sede do ICMBio, atendendo a recomendação do Ministério do Planejamento quanto à utilização de Diárias e Passagens exclusivamente por meio do sistema.

Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF

Para fazer frente à carência histórica de meios nas unidades de conservação, foi implantado, como ferramenta de suprimentos de fundos, os Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, instrumento transparente e ágil na descentralização de recursos, tanto para despesas de pequeno vulto, quanto para despesas em viagens, projetos especiais e emergenciais, que tanto caracterizam as atividades quotidianas deste instituto.

Foi criado na intranet do Instituto link específico para acompanhamento da situação das liberações e prestações de contas. Os arquivos são atualizados diariamente e apresentam todas as informações necessárias para o uso correto do cartão.

Em 2008, nos meses de maio a dezembro, foram supridos 227 servidores, com 437 suprimentos, em benefício de 177 Unidades de Conservação e 3 Centros de Pesquisa, todos gerenciados pela Unidade Gestora Executora da sede em Brasília, totalizando um montante de R\$ 1.890.871,00.



13.2 Arrecadação

A coordenação de Arrecadação contabilizou, no exercício de 2008, um montante arrecadado de R\$ 17.551.952,40 (dezessete milhões, quinhentos e cinqüenta e um mil, novecentos e cinqüenta e dois reais e quarenta centavos) nas Unidades de Conservação Federais.

14. Planejamento Operacional e Orçamento



O macroprocesso Planejamento Operacional e Orçamento tem como objetivo promover a modernização administrativa no que tange à proposição de ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional, por meio da articulação com parceiros internos e externos, do monitoramento físico e financeiro dos programas orçamentários sob responsabilidade do ICMBio, além da elaboração e execução de recursos públicos em benefício das unidades do Instituto, visando o cumprimento das competências que lhe foram legalmente delegadas.

14.1 Planejamento Operacional

Planejamento Institucional: Em 2008 foi concluída a primeira fase do planejamento estratégico do ICMBio, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, visando auxiliar o Instituto Chico Mendes na definição de sua estratégia de gestão, contemplando, dentre outros pontos, a discussão do modelo de organização institucional, as formas de financiamento e a análise preliminar do modelo de gestão de pessoas com indicação de linhas gerais de alternativas compatíveis com as atribuições do ICMBio.

O Instituto Publix foi a empresa de consultoria contratada pelo FUNBIO, com recursos especificamente doados para este fim e a condução dos trabalhos foi pautada nos princípios da participação, transparência e efetividade.

Foram realizadas 42 entrevistas individuais, 4 entrevistas em grupo (35 pessoas), visitas/contatos a 21 UCs e centros, conferências virtuais (436 pessoas de 194 unidades), oficinas com servidores e consolidação da sondagem, levantamento e análise de dados e atualizações para o estudo comparado de sistemas de conservação, 4 oficinas de planejamento estratégico com o corpo gerencial, 6 oficinas de validação externa do estudo de sustentabilidade financeira, 3 oficinas de modelagem financeira com o corpo gerencial e direção e 9 oficinas de planejamento estratégico com dirigentes do ICMBio.



A missão do Instituto foi definida como sendo “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.”

Foi definida ainda a lógica operacional para a organização do ICMBio, por meio da implementação de macroprocessos e respectivos processos.

Faça Projeto: Foi desenvolvida, em parceria com o Fundo Nacional para o Meio Ambiente, uma ferramenta de planejamento operacional, representada por sistema específico para a elaboração, análise e acompanhamento de projetos. A partir de 2009, será utilizado como base de análise para descentralização de recursos e preparação da proposta orçamentária dos anos subseqüentes, visando otimizar a execução e distribuição dos recursos.

O sistema foi especificamente adaptado para atender as demandas do ICMBio, prevendo a possibilidade de apresentação de projetos finalísticos, de manutenção ou de compensação ambiental, a serem submetidos à avaliação do Conselho Diretor do Instituto, visando priorizar demandas e estabelecer metas.

Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF's): Foram criadas UAAs próprias do ICMBio e reforçadas suas equipes, a fim de suprir as Unidades de Conservação e os Centros Especializados dos meios necessários para a implementação de suas demandas, de acordo com distribuição previamente estabelecida, nos casos em que estas demandas.

Articulação Institucional: foram realizadas reuniões e parcerias com órgãos diversos a fim de inserir o ICMBio no contexto de programas e ações relevantes e compatíveis com sua missão institucional, dentre os quais destaca-se:

- Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco
- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

14.2 Execução Orçamentária

A aplicação do conceito de Unidade Gestora Responsável – UGR como premissa principal permeou toda a descentralização de recursos em 2008. Cada Unidade de Conservação, Centro Especializado recebeu um código de UGR, ao qual foram vinculados todos os empenhos de recursos orçamentários, permitindo extrair uma estatística do custo dessas unidades.

Outra diretriz adotada pelo Instituto foi a obrigatoriedade de descentralizar todos os recursos por sub-item de elemento de despesa, detalhando precisamente a que se destinam os recursos.

Abaixo segue o detalhamento dos recursos disponíveis no ano de 2008, por modalidade de aplicação:

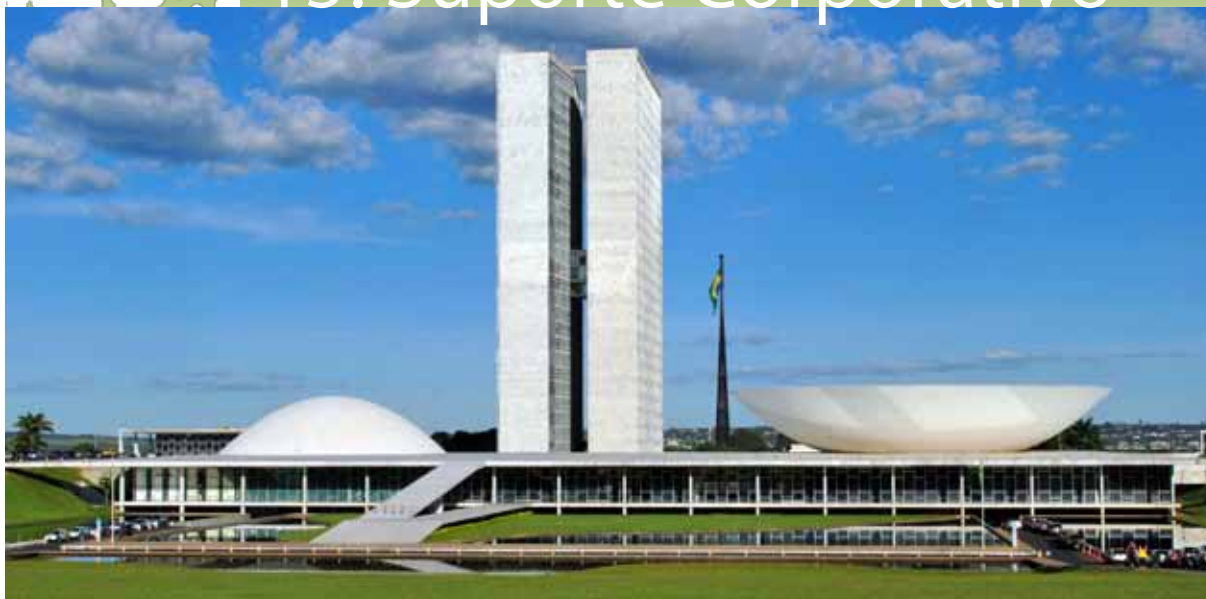
Recursos Orçamentários Programados e Aplicados*			
Descrição	Outros Custeios	Investimentos	Total
Dotação Inicial	90.298.469,00	10.882.571,00	101.181.040,00
Créditos Adicionais	16.527.772,00	3.731.382,00	20.259.154,00
Lei + Créditos	106.826.241,00	14.613.953,00	121.440.194,00

* Exceto recursos destinados a pagamento de pessoal e benefícios.

Além dos recursos próprios, o ICMBio recebeu, em 2008, significativo montante de recursos a título de destaque de outras instituições, conforme quadro abaixo. Os recursos originados do Ministério do Meio Ambiente destinaram-se à implementação do programa de implementação dos parques nacionais e das reservas extrativistas, enquanto que os recursos advindos do Ibama foram utilizados para atender os centros de pesca. Já os recursos recebidos do Ministério do Turismo destinaram-se a implementação e consolidação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

ÓRGÃO DE ORIGEM	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
Ministério do Meio Ambiente	8.606.728,00	3.768.000,00	12.374.728,00
IBAMA	1.267.843,86	1.049.429,87	2.317.273,73
Ministério do Turismo	100.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00
TOTAL	9.974.571,86	6.717.429,87	16.692.001,73

15. Suporte Corporativo



15.1 Cooperação Internacional

Dada a realidade do ICMBio possuir 41 Unidades de Conservação em área de fronteira internacional e contar com 15 Centros Especializados de Pesquisa e Conservação, o assessoramento para assuntos internacionais conta tanto com atividades de rotina administrativa como de acompanhamento político de temas e articulação junto ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exteriores. Em novembro de 2008 o setor começou a ser repensado com vistas à sua otimização.

De julho a dezembro de 2008 foram realizadas 14 viagens internacionais por servidores do ICMBio, sendo que 11 autorizações para viagens de serviço e 03 para fins de capacitação. Dessas 11 foram realizadas com ônus limitado e 3 com ônus para o ICMBio. Dez países serviram de destino das viagens.

Dentre as viagens de serviço destacamos a participação em importantes eventos de cunho técnico e científico como a Nona Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, 32ª Sessão do Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial / UNESCO, Terceira Reunião da Iniciativa para Espécies Migratórias do Hemisfério Ocidental – WHMSI, consulta da FAO sobre a Conservação das Aves Marinhas, Discussão Global sobre a Escala de Prioridades para a Conservação das Tartarugas Marinhas – MTSG (Centro Treinamento Nacional em Conservação – NCTC) e eventos técnicos relacionados à conservação de Albatrozes e Petréis.

O ICMBio esteve representado no “Seminário sobre Celebração de Atos Internacionais, promovido pela Secretaria de Estado das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, na Reunião de Avaliação das Atividades de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação ocorridas no ano de 2008 e em reuniões preparatórias de cunho técnico promovidas pelo mesmo Ministério, sempre em parceria com a Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente. O ICMBio participou também oficialmente das atividades do Comitê de Fronteira Brasil/Argentina e das discussões do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana

A França foi objeto de especial parceria para o Instituto que tem acompanhado os trabalhos que culminaram com a assinatura, em dezembro de 2008, do “Protocolo Adicional ao Acordo



de Cooperação Técnica e Científica para a Criação do Centro Franco Brasileiro da Biodiversidade Amazônica”, bem como o “Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico”. Ainda com a França, por intermédio da Guiana Francesa, várias atividades foram desenvolvidas pelo Parque Nacional do Cabo Orange em conjunto com o Parc Naturel Regional de la Guyane e outros órgãos dos dois países no sentido de fiscalização em zona de fronteira e cooperação entre as duas unidades de conservação.

Em dezembro o Presidente, participou da Consulta Técnica Brasil-Alemanha 2008, coordenada pelo MMA - e, atendendo à demanda dos visitantes, fez uma apresentação Institucional do ICMBio.

15.2 Assessoria Parlamentar

O ano de 2008 marcou a consolidação política do ICMBio junto ao Congresso Nacional, onde se destacam a participação do Presidente e de seus Diretores em 5 audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados, somente no segundo semestre de 2008, e o recebimento de 17 Deputados Federais e 07 Senadores da República nas dependências do Instituto entre os meses de novembro e dezembro do ano passado. Complementando o estreitamento estratégico das relações com o Congresso Nacional, registrou-se a presença constante do Presidente e de representantes do ICMBio nas atividades da Frente Parlamentar Ambientalista. Desdobramentos das reuniões com parlamentares têm sido monitorados com vistas ao alcance dos melhores resultados possíveis.

Dentre as Audiências Públicas citadas pode ser destacada a discussão para o estabelecimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a solução de conflitos na Flona Jamanxin, iniciada Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e posteriormente continuada com a participação atuante de 1 Senador e 6 Deputados Federais, líderes comunitários e órgãos de governo. Outro destaque importante foi a Audiência realizada na mesma Comissão em 18 de dezembro, sobre conflitos na Rebio da Mata Escura (Minas Gerais), cujo calendário definido na Audiência Pública começou a ser cumprido junto à comunidade no começo de janeiro.

O acompanhamento e as discussões técnicas e políticas acerca das proposições e demais documentos têm sido realizados em consonância com as orientações do MMA e da SUPAR. Atividades rotineiras de acompanhamento de Proposições de interesse do ICMBio nas duas Casas de Leis foram mantidas ao longo do ano, constituindo um universo de 263 proposições em diferentes comissões e estágios de discussão.

Foram respondidos 16 Requerimentos de Informação e empenhadas 4 emendas parlamentares totalizando R\$ 948.469,00. Para 2009 foram aprovadas 6 emendas totalizando R\$152.500.000,00.

Na esfera legislativa distrital, foi acompanhado o processo de votação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, com o suporte técnico dos chefes das Unidades de Conservação do ICMBio que estão na área abrangida, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA.



15.3 Interlocução e controle social (ouvidoria)

No segundo semestre do exercício de 2008, foi aprofundado o relacionamento com a Coordenação de Ouvidoria do IBAMA que por conseguinte passou a encaminhar ao ICMBio as manifestações afetas às Unidades de Conservação e Centros Especializados recebidas, por meio do sistema informatizado denominado Sistema Linha Verde – SISLIV.

No quadro abaixo constam as principais demandas encaminhadas ao ICMBio em 2008:

Manifestações	Quantidades	%
Reclamações	7	20
Denúncias	19	54
Solicitação de Informações	7	20
Elogio	2	2

Outras atividades desenvolvidas

- Realização do I Seminário de Ouvidorias Públicas e Meio Ambientes, em conjunto com a Ouvidoria do IBAMA;
- Participação no I Seminário Brasileiro de Ouvidorias Públicas, promovido pela Ouvidoria Geral da União - OGU, vinculada à Controladoria Geral da União da Presidência da República.



16. Controle Interno



16.1 Auditoria Interna

Os trabalhos de auditorias afetos ao ICMBio, para o exercício de 2008, foram realizados pela Unidade de Auditoria Interna do IBAMA, por força da Portaria Conjunta IBAMA/ICMBio n.º 02/2007, de 28/05/2007, de 28/05/2007, consubstanciados no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2008, daquela autarquia.

Até a estruturação da unidade de auditoria interna, cabe ao ICMBio o monitoramento, acompanhamento e na prestação de subsídios aos trabalhos executados pelo IBAMA nas nossas unidades.

Assim, apresentamos abaixo um quadro das auditorias realizadas no exercício de 2008:

Auditorias de Gestão e Ambiental

MAIO 2008		
UC	LOCAL	TIPO
CEPERG PN SERRA ORGÃOS	RIO GRANDE/RS TERESÓPOLIS/RJ	GESTÃO GESTÃO/AMBIENTAL
JUNHO 2008		
UC	LOCAL	TIPO
PN ITATIAIA/RJ MAMANGUAPE/PB	ITATIAIA/RJ RIO TINTO/PB	GESTÃO AMBIENTAL
JULHO 2008		
UC	LOCAL	TIPO
CEPTA 01/08/08	CACHOEIRA. EMAS/SP	GESTÃO
UC	LOCAL	TIPO
CPB-PRIMATAS	JOAO PESSOA/PB	GESTÃO
SETEMBRO 2008		
UC	LOCAL	TIPO DESLOCAMENTO
CONVENIO N.º 02 IMASUL/IBAMA	CAMPO GRANDE/MS	GESTÃO

17. Procuradoria



A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – PFE/ICMBio, criada por meio do Decreto nº 6.100 de 26 de abril de 2007, é um órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que, por sua vez, vincula-se à Advocacia-Geral da União.

Sua competência compreende a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos e a apuração e inscrição em dívida ativa dos créditos do Instituto.

Embora essas atividades tenha sido inicialmente atribuídas à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA, a Portaria PGF nº 1.335, de 19 de dezembro de 2008, em consonância com o processo gradual de estruturação e autonomia do ICMBio, passou a compartilhá-las entre o dois órgãos jurídicos, possibilitando, assim, que o ICMBio possa valer-se de uma Procuradoria própria para assuntos considerados estratégicos.

Atualmente, o Instituto Chico Mendes, em parceria com a Procuradoria-Geral Federal, vem envidando esforços para aparelhar sua Procuradoria com um corpo especializado de procuradores e servidores, bem como para estruturá-la com as técnicas mais modernas de gestão pública voltadas à área jurídica.

www.icmbio.gov.br



Ministério do
Meio Ambiente

